

DECLARAÇÃO

Na minha qualidade de orientador, declaro que a dissertação

A PESCA EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE
DO CICLO SOCIALISTA, 1977-1987

da autoria de

ONÉSIO PAULO GOMES

está em condições de ser submetida a avaliação por um júri no contexto da culminação de estudos do Curso de Mestrado em História do Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, ao abrigo do regulamento em vigor.

Maputo, 28 de NOVEMBRO de 2014.



João Paulo Borges Coelho, PhD
Professor Associado



Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de História

Mestrado em História de Moçambique e da África Austral

A Pesca em Moçambique : Uma Análise do Ciclo Socialista, 1977-1987

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção
do grau de Mestre pela Universidade Eduardo Moçambique

Onésio Paulo Gomes

Maputo, Novembro de 2014

Onésio Paulo Gomes

**A Pesca em Moçambique : Uma Análise do Ciclo Socialista,
1977-1987**

Dissertação apresentada na Universidade
Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e
Ciências Sociais, como requisito parcial
para obtenção do Grau de Mestre em
História de Moçambique e da África
Austral.

Supervisor: João Paulo Borges Coelho, PhD

Maputo, Novembro de 2014

O JURÍ

O PRESIDENTE

O SUPERVISOR

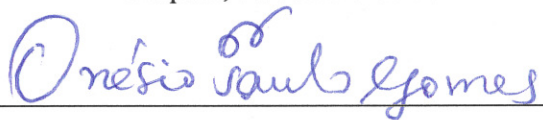
O Oponente

Maputo, aos ____ de _____ de 201_

Declaração

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que ele constitui o resultado do meu labor individual. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestrado em História de Moçambique e da África Austral, da Universidade Eduardo Mondlane”.

Maputo, Novembro de 2014



Mestrando

(Onésio Paulo Gomes)

Dedicatória

À minha esposa, Eustásia Maria Alexandre Macuinja Gomes, e à minha filha Kayla Mirela que sempre estiveram incondicionalmente do meu lado durante o processo de elaboração da dissertação, portanto este trabalho também é vosso minhas princesas.

À minha mãe, Rosa Domingos, que desde criança soube me ensinar e incentivar a apostar na carreira estudantil.

Agradecimentos

Endereço os meus agradecimentos ao meu supervisor, Professor Doutor João Paulo Borges Coelho, que sempre atencioso, paciente e frontal, soube orientar-me na elaboração do presente trabalho.

Os meus agradecimentos são extensivos aos Senhores Joaquim Tenreiro de Almeida, Jonas Donato, Manuel Gonçalves, aos pescadores da Costa do Sol, que estiveram sempre disponíveis para falar sobre o assunto da dissertação.

Agradeço, também, ao dr. Sérgio Cabá, meu colega do curso, pela disponibilização de vários números da Revista Tempo que foram muito importantes para a elaboração do trabalho; e aos funcionários das bibliotecas do Ministério das Pescas, do Fundo de Fomento Pesqueiro, do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala e do Instituto de Investigação Pesqueira, pela forma bastante prestativa com que fui tratado.

Índice

Declaração.....	I
Dedicatória.....	II
Agradecimentos.....	III
Resumo.....	1
Abstract.....	2
Lista de Abreviaturas.....	3
CAPÍTULO I.....	4
1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1. Pergunta de Partida.....	5
1.2.Objectivos.....	5
1.3.Contribuição.....	6
1.4. Problema.....	6
1.5. Revisão de Literatura.....	6
1.6. Metodologia.....	9
CAPÍTULO II.....	11
2. A PESCA EM MOÇAMBIQUE, 1960-1977.....	11
2.1. A Situação do Sector da Pesca em Moçambique, 1960-1977.....	11
2.2. A Situação do Sector da Pesca durante o período de Transição.....	16
CAPÍTULO III.....	20
3. A PESCA EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DO CICLO SOCIALISTA, 1977-1987.....	20
3.1. Políticas de Pesca.....	20
3.2. Análise Sectorial.....	26

3.2.1. Sector da Pesca de Pequena Escala.....	26
3.2.2. Sector Industrial.....	33
3.3. Volume de Capturas.....	35
3.3.1. Produção do Peixe e do Camarão.....	36
3.3.2. Produção de Pequena Escala e Industrial.....	39
3.3.3. Influência da Oferta do Mare de Fenómenos Naturais na Produção Pesqueira....	43
3.4. Comercialização do Pescado e Sustentabilidade do Sector.....	44
3.5. A Questão da Empregabilidade no Sector.....	48
3.6. Ligação entre a Pesca e Agricultura.....	50
CAPÍTULO IV.....	54
4. CONCLUSÃO.....	54
Referências Bibliográficas.....	56
Cronologia	
Anexos	

Resumo

A economia de Moçambique foi fortemente abalada pelo processo de independência. Como corolário deste processo verificou-se a saída massiva de portugueses o que causou a paralisação de praticamente todos os sectores da economia e da administração. No sector das pescas, a nível industrial, ramo criado nos finais do período colonial para a captura e exportação do camarão, há o abandono dos armadores. Alguns saem com as respectivas embarcações e outros sabotam-nas antes de partir. O sector artesanal também se ressentia da situação, pois regista-se a quebra dos circuitos de comercialização do pescado devido a saída de elementos-chave, e por essa razão deixa de haver onde adquirir materiais e aprestos de pesca. Assim, o novo governo da Frelimo traça políticas com vista a retirar o sector da situação em que se encontrava.

Esta dissertação analisa o comportamento do sector das pescas após a implementação dessas políticas, no período 1977-1987. Neste contexto, defendemos a ideia de que o sector das pescas, embora tenha existido um aumento da produção, caracterizou-se por políticas que eram o reflexo da política geral que se caracterizava pela planificação centralizada da economia e concentração e centralização do desenvolvimento no sector estatal, e que foram sujeitas a contestação.

Deste modo argumentamos que o sub-sector industrial foi o mais beneficiado enquanto o da pesca da pequena escala tinha contrapartidas que não eram satisfatórias aos pescadores que se encontravam vinculados aos Combinados Pesqueiros, por isso muito deles abandonavam-nos; a política de preços fixos constituiu um dos focos de contestação dos pescadores tanto industriais assim como de pequena escala, por isso como resposta muitos comercializavam através de circuitos não oficiais onde poderiam ter um maior rendimento; e os organismos criados pelo Estado para garantir a ligação entre a pesca e a agricultura (Combinados Pesqueiros e AGRICOM) eram contornados pelo facto dos termos de troca não serem satisfatórios, o que fazia com que muitos pescadores realizassem as trocas do peixe com os produtos agrícolas sem a intermediação dos Combinados Pesqueiros, e também devido a procura massiva de peixe que servia para trocar com produtos agrícolas e outros de primeira necessidade o que fazia com que até funcionários destacados do Estado se engajassem no comércio, num momento de crise.

Palavras chave: Estado + Políticas+ apoio + sector industrial + pesca de pequena escala + produção + emprego + comercialização+ sustentabilidade.

Abstract

The Mozambican economy was extremely affected by the process of independence. Many Portuguese left the country and all sector of production was practically paralyzed by this process.

The fishery sector was also affected. In the industrial branch, which was created in the last years of colonialism to catch e export mainly prawn, many Shipowners abandoned the country with them ships and others sabotaged and left the ships in the country. In the artisanal branch there is a broke of trade circuit with the absence of the small traders (*cantineiros*) which used to buy the fish of the fishermen and sell material and tool of fishery. Thus, the new government of Frelimo traced politics to reverse the situation.

This dissertation analyzes the Situation of the fishery sector after the implementation of this politics, in the period 1977-1987. In this context we argue that the fishery sector, although there were some maximize of production, it was characterized by the politics which were the mirror of the general development politic, centrally planed and where the state sector should boost the development, that's why there were opposition. We argue that there were much support to industrial sub-sector than to the small scale fishery where the support given by the *Combinados Pesqueiros* had some counterpart which weren't good to the fishermen that's why many of them left and didn't want to be vinculated to that; that in case of commercialization, the politic of fixed price wasn't sustainable which made both the industrial and small scale fishery trade outside of the official circuit; and that the system of articulation between the fishery and the agriculture (*Combinados Pesqueiros* and *AGRICOM*) practically weren't working because of unsastifactory terms of trade which led the fishermen to make a deal personally, and because of a huge search of fish, which were used to change by agricultural products and some basics products, involving also some leaders of state, in the period of crises cereal and fish.

Keywords: State + politics + support + industrial branch + small scale fishery+ production + employment + commercialization + sustainability.

LISTA DE ABREVIATURAS

AGRICOM – Empresa de Comercialização de Produtos Agrícolas;

CBPU - Centro de Bioceanologia e Pescas do Ultramar;

CPs – Combinados Pesqueiros;

MEBPM - Missão de Estudos Bioceânicos e de Pescas de Moçambique DNP – Direcção Nacional das Pescas;

EQUIPESCA – Empresa de Apetrechamento da Indústria Pesqueira;

MONAP – Mozambique-Nordic Agricultural Programme;

NAVIPESCA – Empresa de Construção e Reparação de Barcos de Pesca;

PAC – Postos de Apoio e Compra;

PESCOM – Empresa Nacional de Comercialização de Produtos Pesqueiros;

SEP – Secretaria de Estado das Pescas;

TECNIPESCA – Empresa de Assistência Técnica, Projectos e Construções Pesqueiras;

UDPPE – Unidade de Direcção da Pesca de Pequena Escala

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

A economia de Moçambique no pós-independência foi marcada por duas fases, a primeira de orientação socialista em que o Estado conduz a economia (1977 a 1987) e a segunda de orientação liberal em que o Estado regula a economia (1987 à actualidade).

A fase de orientação socialista foi implementada logo após a independência do país, num momento em que praticamente todos os sectores da economia encontravam-se em crise; portanto, com o socialismo esperava-se melhorar a situação económica e social.

Dentro deste contexto, o sector das pescas, à semelhança de outros, também foi sujeito a políticas visando a sua recuperação e desenvolvimento, após a crise verificada com o impacto da independência.

Nesta dissertação com o título *“A Pesca em Moçambique: Uma Análise do Ciclo Socialista, 1977-1987”*, pretendemos analisar o comportamento do sector das pescas, com particular enfoque para as políticas e a sua implementação, o seu impacto em termos de volume de capturas do pescado no mar, a comercialização e sustentabilidade das actividades do sector e a questão de criação de emprego, e a articulação com a agricultura, num período em que toda a economia moçambicana está em fase de recuperação.

A escolha das balizas cronológicas acima referidas deve-se ao facto de 1977 ser o ano em são traçadas as primeiras políticas sócio-económicas de Moçambique no pós-independência, e 1987 marca oficialmente a viragem do ciclo socialista para liberal.

Deste modo, para uma melhor compreensão dividimos o trabalho em quatro capítulos; o primeiro capítulo compreende esta introdução composta ainda pela pergunta de partida, objectivos, revisão de literatura e metodologia.

No segundo capítulo fazemos uma abordagem geral da situação da pesca em Moçambique entre 1960 e 1977.

O terceiro capítulo, o principal, está subdividido em sete sub-capítulos. No primeiro sub-capítulo fazemos referência às políticas traçadas para o sector das pescas no período 1977-

1987 ; o segundo sub-capítulo faz a caracterização dos sectores de pesca industrial e de pesca de pequena escala; o terceiro sub-capítulo procura relacionar as políticas traçadas com o volume das capturas no mar; o quarto sub-capítulo aborda a influência da oferta do mar e de fenómenos naturias sobre o volume de pesca; no quinto sub-capítulo fazemos abordagem da questão da comercialização do pescado e à sustentabilidade dos pescadores; no sexto subcapítulo, e com base no exemplo dos Combinados Pesqueiros fazemos uma abordagem sobre a criação de empregos; e no sétimo subcapítulo procuramos estabelecer a articulação entre a pesca e a agricultura.

No quarto e último capítulo apresentamos as conclusões gerais do trabalho.

O trabalho comporta, ainda, a declaração de originalidade, agradecimentos, dedicatória, resumo, lista de abreviaturas, referências bibliográficas, cronologia e anexos.

1.1. Pergunta de Partida

Como é que se caracterizou o sector das pescas durante o período socialista, no que concerne às políticas e o seu impacto, entre 1977 e 1987?

1.2. Objectivos

Geral: analisar a situação do sector das pescas durante o ciclo socialista.

Específicos:

- ✓ Verificar o que é que previa a política sobre a pesca no ciclo socialista e a sua implementação;
- ✓ Fazer a caracterização ilustrativa dos sectores industrial e de pequena escala;
- ✓ Analisar o impacto do apoio do Estado para o desenvolvimento do sector;
- ✓ Comparar a influência da política de pesca sobre a captura em termos sectoriais: artesanal, semi-industrial e industrial;

- ✓ Comparar a influência da política de pesca sobre a captura em termos do tipo de pescado: camarão e peixe;
- ✓ Analisar o sistema de comercialização e a sustentabilidade das actividades do sector; e
- ✓ Verificar a questão da empregabilidade no sector, tendo como estudo de caso o sector artesanal; e
- ✓ Analisar a articulação entre a pesca e a agricultura.

1.3. Contribuição

Este trabalho tem o mérito de poder contribuir para compreender no geral a situação do sector das pescas nos anos logo após a independência de Moçambique. Portanto, apresenta-nos um panorama das características e do funcionamento deste sector no período 1977-1987, um período em que praticamente todos sectores da economia procuravam sair da crise em que se encontravam, resultante do processo da independência.

1.4. Problema

A economia de Moçambique no pós-independência foi afectada por uma grave crise, resultante de todo o processo de transição política que levou a saída em massa dos portugueses e a paralisação dos sectores de produção.

É o processo de recuperação económica após o período de transição que constitui o nosso foco de estudo, com particular destaque para o comportamento do sector das pescas durante o ciclo socialista, 1977-1987.

1.5. Revisão de Literatura

Em seguida procederemos a uma breve revisão da literatura escrita sobre alguns escritos subordinados a pesca em Moçambique, com o maior enfoque para o período em estudo.

Figueiredo (1966: 207-234) no seu artigo sobre o sector pesqueiro em Moçambique durante a década 1960, faz menção ao início do desenvolvimento industrial deste sector entre 1958 e 1964, com a introdução de embarcações a motores e consequente aumento da produção.

Complementado o argumento acima, **Mendes (2005: 17-32)**, analisa a situação da actividade pesqueira nas, então, colónias de Moçambique e Angola, a partir dos meados da década 1960 até ao fim do período colonial. Argumenta que as actividades piscatórias em Moçambique limitavam-se à pesca tradicional e que só com a mudança da legislação e um estudo realizado por um Instituto especializado em recursos marinhos, em 1966, é que a situação começou a alterar-se.

Relativamente à situação da pesca no período pós-colonial, podemos fazer menção ao documento **Secretaria de Estado das Pescas (1986)** entitulado *Situação das Pescas e Tarefas Principais para 1986*, que apresenta as linhas gerais da política que orientaram o sector pesqueiro até 1986 e os indicadores para o ano de 1986. Assim, o documento refere terem existido duas fases das políticas de pesca, onde na primeira (até 1980) os objectivos circunscreviam-se à contenção da tendência para a estagnação da produção, enquanto na segunda fase (1980-1986) o objectivo era o de preparar acções tendentes a desenvolver a produção nos anos seguintes; no geral é argumentado que tanto os objectivos da primeira fase assim como da segunda foram alcançados. Para o ano de 1986 circunscreviam-se no aumento da produção do camarão e do peixe, e investimento para a aquisição de novas embarcações, da mão de obra, da formação e auto-financiamento do sector.

Ainda na mesma inserção das políticas do sector das pescas no pós independência, mas com o enfoque para a Pequena Escala, o documento da **Secretaria de Estado das Pescas, [SD]**, com o título *Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Moçambique* faz referência ao impacto das políticas para o volume das capturas artesanal e semi-industrial registada; deste modo o argumento defendido é de que a produção aumentou nos anos em que o apoio estatal por parte dos Combinados Pesqueiros de Apoio e Compra foi maior, e vice-versa, no período entre 1980 a 1986.

Relativamente à criação de Combinados Pesqueiros, **Matos (Março de 1981: 8)** numa reportagem publicada na Revista Tempo com o título *Cabo Delgado, Combinado pesqueiro vai arrancar*, aborda o processo de instalação do Combinado Pesqueiro da Ilha do Ibo e faz referência às perspectivas de criação de empregos como resultado deste empreendimento.

É sobre os Combinados Pesqueiros que **Namalué (2000)** estuda a sua evolução histórica, entre 1979 a 1989. Com base em dados relativos à produção, aprovisionamento e

comercialização, serviços de apoio, infraestruturas e equipamentos, recursos humanos, recursos financeiros, o autor argumenta que os Combinados Pesqueiros apoiaram e impulsionaram o desenvolvimento da pesca artesanal, todavia refere que este apoio foi mais efectivo no período até 1986. A partir de 1987, com a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE) e a transferência dos Combinados Pesqueiros para a gestão privada dificultou o acesso aos apoios pelos pescadores artesanais, o que fez com que estes fossem prejudicados.

Todavia, o processo de criação e funcionamento dos Combinados Pesqueiros nem sempre foi pacífico. **Castanheira (Maio de 1983: 23-25)**, numa reportagem publicada na Revista Tempo intitulada *Costa do Sol, Pescadores descontentes com SULPESCA*, aborda a questão da insatisfação por parte daqueles pescadores artesanais que usavam os circuitos oficiais; este autor faz referência às reclamações dos pescadores pelo facto de terem de entregar todo o pescado ao Combinado Pesqueiro (SULPESCA) em troca de materiais e aprestos para a pesca, termos estes considerados injustos. Argumenta ainda para a necessidade de um maior apoio para as suas actividades, principalmente para os cooperativistas.

Embora com enfoque para um período posterior **Gervásio (1997)** levanta o problema dos conflitos existentes entre os pescadores artesanais e a frota industrial na zona de Angoche, como resultado do desenvolvimento do sector das pescas no pós independência (com destaque para a década 1990), marcado pela luta dos espaços para a pesca e pela consequente redução da produção pesqueira artesanal em benefício da industrial. Assim, o autor argumenta que os conflitos artesanais e a frota industrial, estão muito associados à história do próprio sector das pescas, isto é, os mesmos constituem uma resposta à evolução do próprio sector.

O Relatório da MONAP (Mozambique-Nordic Agricultural Programme) apresentado por **Hermele (1984a)** que nos dá a situação geral da indústria pesqueira entre 1978 e 1983; apresenta-nos dados da captura numa perspectiva ascendente, e faz uma abordagem sobre o problema da falta de peixe no espaço urbano, bem como sobre o papel das empresas privadas e sociedades mistas no aumento das capturas. Argumenta que as medidas tomadas no pós independência fizeram com que o sector voltasse a funcionar, e que não obstante ainda não satisfazer os anseios houve registo de aumento nas capturas. Essa mesma informação é também apresentada num outro Relatório da MONAP, elaborado pelo mesmo autor, **Hermele (1984b)**.

Na mesma linha de pensamento dos dois Relatórios acima referidos, **Hermele (1986)**, apresenta o panorama da situação de pesca no ano de 1986, onde destaca o aumento das capturas do camarão e do peixe, e ao facto das sociedades mistas (Pescamar, Efripel e Mosopesca) terem sido orientadas para que complementassem as suas capturas de crustáceos com peixe para o consumo doméstico. Essa era uma medida convista a acabar com a crise da falta do peixe e reduzir as importações.

E é sobre essa falta do peixe que **Calane da Silva (Outubro de 1980: 46-47)** se debruça na crónica, *Carapau de todos os dias*. O autor discute o dilema do carapau ser o único peixe disponível no mercado para o consumo, pelo facto deste não ser de primeira qualidade; segundo o autor, a solução para a disponibilização do peixe de primeira no mercado nacional, e que era pescado à linha e visto que o país não tinha condições para comprar este tipo de pescado, devia passar por um maior investimento no sector artesanal que era aquele que estava mais talhado para o efeito.

Um outro aspecto relacionado com as medidas tomadas no pós-independência, está relacionado com o estabelecimento da Zona Económica Exclusiva. **Salvador & Simões (Abril 1979:21-25)** no artigo entitulado *Riqueza que vem do mar* publicado na Revista Tempo, argumenta que a extensão das milhas marítimas para 200, a investigação pesqueira e a formação de quadros para o sector das pescas constituem aspectos importantes para uma maior captura do pescado.

Será com a literatura acima referida e outra complementar que teremos a base teórica para o tema.

1.6. Metodologia

A presente dissertação foi elaborada com base em fontes escritas e orais.

As fontes escritas foram consultadas no Arquivo Histórico de Moçambique, na Biblioteca Central Brazão Mazula, na Biblioteca do Centro de Estudos Africanos, na Biblioteca do Ministério das Pescas, na Biblioteca do Fundo de Fomento Pesqueiro, na Biblioteca do Instituto Nacional de Estatística, na Biblioteca Pessoal do dr Sérgio Cabá e na internet.

Dentro destas instituições procedeu-se a consulta de documentos relacionados com a legislação do sector pesqueiro no período colonial, relatórios sobre a situação da pesca antes

e depois da independência, crónicas e artigos da Revista Tempo e de um Jornal Virtual sobre a situação da pesca no período colonial, dados estatísticos sobre a produção do pesqueiro.

Quanto às fontes orais, foram realizadas entrevistas abertas e semi-estruturadas a pescadores da praia da Costa do Sol, Cidade de Maputo tendo sido seleccionados aqueles que exercem a actividade desde o período abrangido pelo estudo. Também foram realizadas entrevistas abertas e semi-estruturadas à antigos dirigentes do sector das Pescas, nomeadamente: Joaquim Tenreiro de Almeida, antigo Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, Manuel Gonçalves, Director da Unidade de Direcção da Pesca de Pequena Escala 1981-1987 e a Jonas Donato, responsável pela implantação e antigo dirigente do Combinado Pesqueiro da Ilha do Ibo, 1980-1985.

Assim, a metodologia usada consistiu na confrontação da informação escrita aos depoimentos orais, mas também na confrontação entre as fontes orais e entre as fontes escritas. No geral, neste trabalho fazemos o uso em simultâneo de fontes escritas, orais e dados estatísticos para a construção do argumento.

Importa, ainda, referir que os dados dos volumes das capturas usados neste trabalho são aqueles que foram registados, portanto, oficiais.

CAPÍTULO II

2. A PESCA EM MOÇAMBIQUE, 1960-1977

2.1. A Situação do Sector da Pesca em Moçambique, 1960-1974

Até 1965 a pesca em Moçambique era praticada essencialmente por pescadores tradicionais com fins de subsistência, e artesanais para fornecimento dos mercados locais.¹ Uma crónica publicada naquele período sustenta esta afirmação:

...barcos movidos a remo ou vela partem para o mar...estes são os pescadores da Beira, da Catembe, de Quelimane, de Pebane, da Ilha de Moçambique e de outros pontos da Província. São os homens de quem o leitor apenas sabe que colhem o peixe do mar e lho vendem por bom ou mau preço.²

Apenas junto dos principais centros urbanos, nomeadamente Beira, Inhambane, Quelimane e Maputo, se desenvolve, já na década 1950 uma actividade de pesca semi-industrial à linha³, pois, nessa altura era proibido o exercício da pesca industrial do arrasto, sob o argumento de defesa dos fundos marinhos⁴, através do Decreto-Lei n° 27560, de 11 de Março de 1937, que entre outras disposições, considerava nocivo o uso de redes ou outros aparelhos de arrasto que funcionassem a reboque de uma ou mais embarcações movidas por qualquer motor.⁵ Para

¹ Mendes, A. M. Pescas em Portugal: Ultramar – um apontamento histórico. *REVISTA PORTUGUESA DE CIÊNCIAS VETERINÁRIAS*. 2005. Disponível em: www.fmv.utl.pt/spcv. Acessado em: 12 de Setembro de 2013. P.28.

² [Notícias da Beira]. A Faina dos Pescadores das Toscas e frágeis almadias. [*Notícias da Beira*, Beira], [SD]. [Sem Página].

³ Secretaria de Estado das Pescas. Linhas Gerais da Política de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala. *Documento Final apresentado na Oficina de Planificação realizada em Novembro de 1990, na Secretaria de Estado das Pescas, em Maputo*. P.1. Figueiredo, R. O sector da Pesca na Província de Moçambique. In: *Análise do Sector de Pesca do Ultramar*. [SL]: [SN], 1966. P.208.

⁴ [Secretaria de Estado das Pescas]. *Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Moçambique*. [Maputo]: [Secretaria de Estado das Pescas], [SD]. P.1.

⁵ Ver o Preâmbulo do Diploma Legislativo n° 2569, autoriza a pesca com artes de arrastar pelo fundo nas águas da Baía de Lourenço Marques que ficam a sul de uma linha que une a Ponta das Três Marias e o Extremo norte da Ilha dos Portugueses. In: *Boletim Oficial, Lourenço Marques, n° 4 (I), de 23 de Janeiro de 1965*. P. 65.

ilustrar esta situação, até ao ano de 1967, apenas três embarcações tinham sido autorizadas a realizar pesca de arrasto na baía de Maputo.⁶

É possível consubstanciar essas informações através dos relatos de um pescador artesanal, que se dedica a pesca desde 1968:

Quando eu comecei a pescar aqui não havia barcos a motor, era só a remo, e nós pescávamos à vontade com anzol. Não precisávamos ir muito longe para apanhar peixe, mas hoje voce vai até Xefina só para ter duas caixas de magumba, há muito tempo só aqui perto você pescava 10 a 20 caixas.⁷

Este fraco desenvolvimento industrial do sector das pescas fazia com que as empresas locais de fabrico de embarcações se ressentissem desta situação. Por exemplo, na Cidade da Beira, em Junho de 1968, o Jornal Notícias da Beira sustentava que o facto do sector da pesca não estar muito desenvolvido era a principal razão para que a carpintaria naval não prosperasse, o que fazia com que também não existisse um grande número de barcos.⁸ Portanto, o número de embarcações semi-industriais era reduzido.

As evidências sustentam que as razões do não desenvolvimento industrial da pesca não eram necessariamente ambientais, mas sim a necessidade de assegurar que Moçambique permanecesse como reserva de mercado para o pescado e seus derivados provenientes da metrópole (especialmente bacalhau e sardinha em lata), de empresas portuguesas de pesca de Angola e da África do sul. Portanto, as necessidades de peixe que Moçambique seriam satisfeitas através das importações de Portugal, Angola e África do sul; pelo menos 65% do consumo de peixe era importado;⁹ entre 1965 a 1971 foram importadas cerca de 10 mil

⁶ [Secretaria de Estado das Pescas]. *Situação das Pescas e Tarefas Principais para 1986*. [Maputo]: [Secretaria de Estado das Pescas], [1986]. P.1

⁷ Entrevista com o *Senhor Alfredo Ntsinine*, 73 anos, Pescador desde 1968, realizada no dia 18 de Setembro de 2014, na Praia da Costa do Sol.

⁸ Carpintaria Naval. Ou como os grandes empreendimentos são feitos com suor de homens honestos. *Notícias da Beira*, 3 de Junho de 1968. [Sem Página].

⁹ [Secretaria de Estado das Pescas]. *Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Moçambique*. [Maputo]: [SD], P.1. [Secretaria de Estado das Pescas]. *Situação das Pescas e Tarefas Principais para 1986*. [Maputo]: [Secretaria de Estado das Pescas], [1986]. P.1. Hermele: 1984, 1. Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014. Entrevista com o *Senhor Manuel Gonçalves*, Director da Unidade de Direcção da Pesca de Pequena

toneladas de peixe por ano, dirigidas exclusivamente aos mercados dos centros urbanos do litoral ou próximos deles.¹⁰ Uma carta publicada em 1968 no Jornal Notícias da Beira é bastante elucidativa a este respeito:

Para quem queira e possa investir os seus dinheiros na pesca ou na industrialização dos seus derivados, existem tremendas possibilidades de êxito na portuguesíssima Província de Angola...enquanto junto à costa de Moçambique raramente da 200 quilos de camarão comerciável em cada duas horas de tralha...em determinado paralelo da costa portuguesíssima de Angola...tem conseguido com muita frequência 10 toneladas do precioso crustáceo. Porque se estão estiolando energias e capitais no problemático mar moçambicano e não se olha a sério, de frente, para um verdadeiro manancial que jaz adormecido ou mal aproveitado na costa portuguesa do Ocidente...

É Angola, por excelência, a natural fornecedora de proteínas animais para uma grande parte do continente africano.¹¹

Era com base neste tipo de pensamento que o sector das pescas trilhava em Moçambique, o de poucos recursos marinhos e de difícil desenvolvimento devido às condições naturais, por isso era importador de pescado. No entanto, é também a partir da segunda metade da década 1960 que este quadro começa a alterar-se, como resultado da crise da economia colonial e do crescimento dos centros urbanos em Moçambique.¹²

Os primeiros esforços para o desenvolvimento deste sector foram levados a cabo a partir de Janeiro de 1965, com a publicação de um novo regulamento de pesca marítima que legalizou a pesca de arrasto pelo fundo nas águas provinciais, nos seguintes termos: “é autorizada a pesca com artes de arrastar pelo fundo nas águas da Baía de Lourenço Marques que ficam a

Escala 1981-1987 transformado em Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala de 1987 até a década 1990, onde continuou sendo Presidente, realizada no dia 09 de Outubro de 2014.

¹⁰ Gervásio, H. F. *As Causas dos Conflitos entre os Pescadores Artesanais e a frota Industrial na Zona Costeira de Angoche*. Maputo: UEM/FLCS – Departamento de História, 1997. Dissertação Apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura. P.33.

¹¹ ATIRBAC. Cartas ao Director: Novamente o Problema da Pesca em Moçambique. *Notícias da Beira*, 21 de Novembro de 1968. P.8.

¹² Secretaria de Estado das Pescas: 1990, 1.

sul de uma linha que une a Ponta das Três Marias e o extremo norte da ilha dos Portugueses”.¹³

Este processo, foi também acelerado pela criação em 1966 do Centro de Bioceanologia e Pescas do Ultramar (CBPU) e da Missão de Estudos Bioceânicos e de Pescas de Moçambique (MEBPM) que deveriam estudar os recursos marinhos visando a sua avaliação e racionalização da sua exploração. No entanto, o objectivo de fundo do regime colonial ao legalizar a pesca industrial do arrasto pelo fundo e ao fundar a MEBPM era o de promover a pesca industrial do camarão e de outros crustáceos para a exportação.¹⁴

Este novo posicionamento do governo colonial impulsionou, a partir de 1966, um aumento quantitativo de pescadores e de embarcações de pesca em Moçambique.

É deste modo que, já no início da década 1970 surge um grupo de armadores industriais dedicados exclusivamente à pesca do camarão e de outros crustáceos¹⁵, mas acima de tudo vai se verificar o aumento no número de pescadores e de embarcações. Muitos desses armadores eram estrangeiros, maioritariamente japoneses, espanhóis, sul-africanos e soviéticos que tinham embarcações com melhores condições de navegação, pesca e conservação em relação aos provenientes da metrópole.¹⁶ Assim, entre 1965-1971 o número de pescadores subiu de 18.752 para 22.778 e de embarcações subiu de 5144 para 7846, no mesmo período. Contudo, estes esforços procuraram essencialmente desenvolver a pesca industrial do camarão para a exportação e uma pesca artesanal e semi-industrial e importação para o consumo interno.¹⁷

Contrariamente ao que acontecia, por exemplo em 1968, onde a carpintaria naval não prosperava devido ao facto da indústria pesqueira ser pouco desenvolvida (o caso o concreto da semi-industrial na Beira), o início da década 1970 testemunha um outro fenómeno. O

¹³ Ver Diploma Legislativo nº 2569, autoriza a pesca com artes de arrastar pelo fundo nas águas da Baía de Lourenço Marques que ficam a sul de uma linha que une a Ponta das Três Marias e o Extremo norte da Ilha dos Portugueses. In: *Boletim Oficial, Lourenço Marques, nº 4 (I), de 23 de Janeiro de 1965*. P. 66.

¹⁴ MEBPM Citado por Gervásio:1997, 31; Mendes: 2005, 30.

¹⁵ Secretaria de Estado das Pescas: 1990, 1.

¹⁶ A Pesca em Moçambique. *Notícias da Beira*, 11 de Abril de 1970. P.4.

¹⁷ Gervásio: 1997, 31-32. Hermele, K. *Myths and Reality: The Mozambican Fishery Sector*. Maputo: MONAP, September, 1984 (a). p.1

aumento de armadores industriais deveria ser acompanhado de melhorias das condições infraestruturais em terra. Por isso, em 1971, no cais da Cidade da Beira já havia queixas pelo facto da sua capacidade de atracagem ser inferior ao número de embarcações existentes; muitos dos armadores reclamavam o aumento da sua extensão.¹⁸ Portanto este facto era indicativo do aumento de embarcações de pesca industrial, que deveria ser acompanhado pelo aprimoramento das condições infraestruturais navais, e também era resultado do novo posicionamento do governo colonial.

Consequentemente, entre 1961 e 1974, enquanto a produção artesanal se manteve estática, situando-se nas 40.000 ton², a produção industrial, registada, aumentou de 2531 ton² para 9219 ton², sendo que a importação decresceu de 9056 ton² para 7018 ton².¹⁹

Esse comportamento no volume da produção pesqueira ia no sentido da política, pois, o principal objectivo era o de impulsionar o ramo industrial para a exportação. Nesta ordem de ideias, a exportação aumentou de 1228 ton² para 4716 ton² entre 1971 a 1974²⁰.

Ademais, na altura da independência, estavam em construção um frota de 7 navios de pesca na África do sul e 20 no Brasil pertencentes a armadores portugueses de 3ª geração residentes em Moçambique e de grupos de portugueses da Metrópole.²¹

Este novo posicionamento do governo colonial sugere-nos que o sector pesqueiro vem trilhando por um caminho de desenvolvimento em Moçambique, interrompido no período de transição por razões políticas.

¹⁸ Cais ou Caos do Manarte. 30 metros para 40 barcos:É possível trabalhar assim? *Notícias da Beira*, Quinta-feira, 4 de Novembro de 1971. [Sem Página].

¹⁹ Ver a tabela apresentada por Hermele, K. *Notes on Recent Developments in the Mozambican Fishery Sector*. Uppsala: AKUT, 1986.p.3. Ver também [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986],1.

²⁰ A tabela 1 de Hermele: 1984 (a), 3 é bastante ilustrativa sobre esse aspecto.

²¹ Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

2.2. A Situação do Sector da Pesca durante o Período de Transição, 1974-1977

O golpe de Estado de 25 de Abril em Portugal significou uma viragem total rumo as independências das colónias portuguesas. É neste contexto que a 7 de Setembro de 1974 são assinados os Acordos de Lusaka que circunscreviam a natureza da transição rumo à independência de Moçambique, proclamada a 25 de Junho de 1975.

Entretanto, com a passagem do poder para as mãos da Frelimo e a alteração do sistema político, iniciou-se o êxodo dos colonos portugueses, criando uma cenário de crise política e sócioeconómica, pois, verifica-se o abandono de projectos agrícolas e a ruptura do circuito de comercialização, provocando quedas no nível de produção, comercialização e exportação.

Por exemplo na agricultura, a rede de comercialização foi rompida, pois, tinha sido garantida o controle dos colonos. Entre 1974-1977 a produção agrária comercializada total decresceu em 43% (ou cresceu - 43%), com os seguintes valores sectoriais: -60% no sector camponês (afectando essencialmente as principais exportações de Moçambique – algodão e caju – e a produção de alimentos), -54% no sector empresarial agrícola dos colonos portugueses (principal responsável pelo abastecimento urbano em bens de consumo de maior qualidade), e -16% nas plantações (e capital estrangeiro não português virado para a exportação de chá, açúcar, copra e algodão); no mesmo período a produção camponesa para auto-consumo aumentou em 12%. Portanto, as indústrias utilizadoras de matérias-primas nacionais tiveram que começar a importa-las, a componente importada do consumo directo urbano também aumentou, o mercado para os bens industriais tornou-se mais restrito por causa da ruptura dos circuitos de comercialização e as exportações essenciais foram reduzidas²².

O sector pesqueiro também se ressentiu desta crise; o recém-constituído grupo de armadores abandona navios e o país, ao mesmo tempo que a rede comercial e os serviços ligados à actividade de pesca se desarticulam em consequência do mesmo fenómeno.²³ Assiste-se ao abandono das empresas comercializadoras e armadoras, alguns armadores saem do país com os seus barcos, outros são sabotados, a produção sofre uma quebra geral e desaparecem os circuitos de aprovisionamento em materiais e aprestos de pesca destinados à pesca artesanal e

²²Detalhes sobre estes aspectos são tratados por Castel-Branco, C.N. Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. In: Carlos Nuno Castel-Branco (Org.). *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo: UEM/FE, 1994. Pp.46, e 96-97.

²³ Secretaria de Estado das Pescas: 1990, 1.

semi-industrial.²⁴ Só em 1977, cerca de 80 embarcações estavam abandonadas e 3000 trabalhadores deste sector no desemprego.²⁵

As evidências indicam que, por exemplo, durante os primeiros anos da independência a produção do peixe teria decaído para 1/3 ou mesmo 1/4 do nível registado em 1974, e mesmo o número de pescadores artesanais teria diminuído como resultado da falta de instrumentos de pesca, de barcos e da dificuldade em adquiri-los,²⁶ bem como da falta de mercado para o seu pescado. Essa situação tornava-se ainda mais grave atendendo que este sector, até então empregava cerca de 25.000 pescadores artesanais.²⁷

O outro aspecto a referir é a saída dos importadores de peixe que abasteciam os mercados urbanos.²⁸

Como consequência desta situação vai se registar escassez do peixe para abastecimento urbano e a exportação do camarão também decresceu durante este período.

As tabelas 1 e 2 ilustram que entre 1971 a 1974 com a entrada em actividade dos armadores industriais, tanto a captura do peixe assim como do camarão tinham a tendência a crescer, assim como a exportação, reduzindo se a importação. Todavia, entre 1974 a 1977 podemos constatar o decréscimo das exportações do camarão, de 4.700 toneladas para 3000 toneladas, como resultado da crise verificada.

²⁴ [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], 2-3. Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014. Entrevista com o *Senhor Manuel Gonçalves*, Director da Unidade de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala 1981-1987 transformado em Instituto de Direcção da Pesca de Pequena Escala de 1987 até a década 1990, realizada no dia 09 de Outubro de 2014.

²⁵ Entrevista com o *Senhor Manuel Gonçalves*, Director da Unidade de Direcção de Pesca de Pequena Escala 1981-1987 transformado em Instituto de Direcção da Pesca de Pequena Escala de 1987 até a década 1990, onde continuou sendo Presidente, realizada no dia 09 de Outubro de 2014.

²⁶ Hermele, K. *The Fishery Sector in Mozambique*. Maputo: Monap, March, 1984 (b). P.3.

²⁷ Fundo de Fomento Pesqueiro. Historial. In: *Evolução Histórica da Escola de Pesca, 1978-1999*. Maputo: FFP, 2001. P. 14.

²⁸ Entrevista com o *Senhor Manuel Gonçalves*, Director da Unidade de Direcção de Pesca de Pequena Escala 1981-1987 transformado em Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala de 1987 até a década 1990, onde continuou sendo Presidente, realizada no dia 09 de Outubro de 2014.

Assim, aquando da independência, Moçambique herdou um sector de pesca fraco orientado para a produção do camarão para exportação e um pequeno sector de pesca semi-industrial e artesanal orientado para o consumo local.

Uma das primeiras tentativas para alterar a situação foi a inclusão do sector das pescas no Ministério da Indústria e Comércio, que teve a atribuição de reorganizá-lo e institucionalizá-lo, o que culminou com a criação da Direcção Nacional de Pescas (DNP) em 1976.²⁹

Ano	Produção de Peixe (Tons) – Total da Produção Registada	Importação de Pescado (Tons) – Conversão em peixe inteiro das semi-conservas com o coeficiente 2.5 e das conservas com o coeficiente 1.0
1971	7.483	=19.700
1974	9.219	=16.200

Tabela 1: Produção e Importação de peixe em toneladas. **Fonte:** [Secretaria de Estado das Pescas]. *Situação das Pescas e Tarefas Principais para 1986*. [Maputo]: [Secretaria de Estado das Pescas], [1986]. Pp.3-4.

²⁹ Namalué, J. M. *Evolução Histórica dos Combinados Pesqueiros – 1979/1989*. Maputo: FFP&UDPPE, 2000. Pp. 24-25. Momade, F. C. *Credit for Small Scale Fishery in Mozambique*. Thesis submitted in partial fulfillment of requirement for the Master of Science in International Fisheries Management. Tromso: University of Tromso, 2005. P.11.

Ano	Produção de Camarão (Tons) – Total da Produção Registada	Exportações de Camarão (Tons)
1971	2.550	1.090
1974	6.070	4.700
1975	-	4.200
1976	-	3.800
1977	-	3000

Tabela 2: Produção e Exportação de camarão em toneladas. **Fonte:** [Secretaria de Estado das Pescas]. *Situação das Pescas e Tarefas Principais para 1986*. [Maputo]: [Secretaria de Estado das Pescas], [1986]. Pp.5 Direcção Nacional de Estatística. *Informação Estatística 1975-1984*. P. 6.

CAPÍTULO III

3. A PESCA EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DO CICLO SOCIALISTA, 1977-1987

3.1. Políticas de Pesca

Perante a situação de crise acima descrita, era importante que o novo governo de Moçambique independente traçasse políticas para alterá-la.

O ano de 1977 é importante, pois, tem lugar o III Congresso da Frelimo, de 3-7 de Fevereiro. Nele, este movimento transforma-se num partido marxista-leninista, e traça as primeiras políticas socio-económicas para Moçambique independente.

A estratégia global para o desenvolvimento económico e social definida no III Congresso reiterava a agricultura como base e a indústria como factor dinamizador e foi decidido que economia seria centralmente planificada.³⁰ Este desenvolvimento seria concentrado e centralizado no sector estatal, considerado o único que garantia o aumento das forças produtivas, portanto que devia receber todo o investimento, enquanto os outros sectores deveriam contar com forças próprias – desenvolvimento concentrado e centralizado no estado. Assim, essas directivas eram colocadas nos seguintes moldes:

Os camponeses deveriam se organizar em cooperativas:

Na agricultura, a organização dos camponeses em cooperativas permitirá o aumento da produção, facilitando o abastecimento de factores de produção e o escoamento dos produtos e constituirá um dos processos de criação das Aldeias Comunais.³¹

As Aldeias Comunais constituiriam a base da socialização do campo, e que deviam contar com suas próprias forças:

A nossa estratégia de desenvolvimento no campo deve materializar-se fundamentalmente através das Aldeias Comunais. A sua edificação é uma das tarefas centrais para a consolidação da base ideológica e construção da base das

³⁰ Frelimo. *Directivas Económicas e Sociais*. [Maputo]: [Frelimo], [1977]. Pp.20 e 22.

³¹ Ibid. 29.

cooperativas de produção as quais permitirão consolidar as Aldeias Comunais.³² Na edificação das Aldeias comunais é essencial a aplicação do princípio de o povo contar com as suas próprias forças.³³

O sector estatal teria todo o apoio:

Concentração dos recursos técnicos nas unidades de produção estatais, de modo a alcançar-se aí um rápido desenvolvimento das forças constituindo-se em base para a formação política, científica e técnica de operários agrícolas e dos camponeses das cooperativas.³⁴

Esta foi a orientação política que acampanhou todos sectores da economia até 1987, altura em que há liberalização económica com a introdução do Programa de Reajustamento Estrutural, embora alterações tenham iniciado em 1984 com a decisão tomada no IV Congresso no sentido de alargar o centro de acumulação.

O sector pesqueiro teve algumas características peculiares; é claro que aqui também houve cooperativas de produção no sector da pesca de pequena escala, mas para além de terem existido Empresas Estatais, Sociedades Mistas, a política previa também a instituição de empresas privadas, actividade que não era permitida noutros sectores da economia.

O Estado ao aceitar a actividade de armadores privados, devia-se ao facto da necessidade urgente de abastecimento em peixe para o consumo interno, e principalmente do camarão para a exportação. Tenreiro de Almeida, refere que a aceitação dos pescadores privados estava relacionada com o impacto que os mesmos exerciam na economia, eles tinham melhor capacidade de produção de produtos de exportação (ex: o camarão). Jonas Donato, também levanta os mesmos motivos, como possíveis razões da existência do sector privado, “a necessidade extrema que o país tinha daqueles produtos”, portanto peixe e camarão. Assim, a aceitação dos armadores privados (algo que contradizia os princípios da própria política socialista), deveu-se à carência que país enfrentava de peixe para o abastecimento interno e do camarão para obtenção de divisas, portanto estes foram excepcionalmente aceites porque

³² Frelimo: [1977], 29.

³³ Frelimo: [1977], 29.

³⁴ Ibid.34.

tinham melhores condições de captura e muitos deles vinham exercendo essa actividade desde o início da década 1970.³⁵

Em todo caso, as directivas traçadas pelo III Congresso estabeleciam que os produtos da pesca deveriam servir para melhorar a dieta alimentar e para acumulação em divisas, isto é, assegurar o abastecimento do peixe para o consumo e a exportação do camarão:

Na captura do pescado para consumo interno deverá atingir-se em 1980, 24 a 25 mil toneladas. Para este efeito deve ser criada em 1977 uma empresa destinada fundamentalmente à captura de peixe, proceder-se ao correcto aproveitamento do peixe recolhido na pesca do camarão e incentivar a pesca nos sectores popular e semi-industrial. Na pesca do camarão devemos intensificar a produção, tendo em vista a exportação de 15000 toneladas....No domínio da pesca popular deverá ser estendida a todo o país a formação de cooperativas de pescadores como condição básica para o apoio técnico a esta.³⁶

A política para este sector teve duas fase de evolução, até 1987. A primeira que vai de 1977 até aproximadamente 1979/80 e a segunda de 1979/80 a 1986.

A primeira fase foi de reestruturação do sector da pesca, em que a principal preocupação era a de evitar o colapso do sector. Por isso a política do governo resumia-se em mobilizar os pescadores para se organizarem em cooperativas de produção e em promover a constituição de novas empresas armadoras, quer estatais, quer privadas, e pela primeira vez surgem armadores moçambicanos.³⁷ Aos armadores moçambicanos eram vendidos outra parte das embarcações que sobraram do período de transição; segundo Tenreiro de Almeida, muitos deles eram apenas curiosos, com vontade de prosperar no novo negócio, mas a maioria deles não tinha conhecimento da actividade pesqueira (alguns comerciantes locais como indianos, etc), mas acabaram por aprender com o tempo.³⁸ Em paralelo foi iniciado um processo de

³⁵Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014. Entrevista com o *Senhor Jonas Donato*, responsável pela implantação do Combinado Pesqueiro de Ibo, desde 1980 a 1985, realizada no dia 30 de Setembro de 2014.

³⁶ Frelimo:[1977], 59.

³⁷ Secretaria de Estado das Pescas: 1990, 1. [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], 3. Hermele:1986. p.4. Namalué, J. M. *Evolução Histórica dos Combinados Pesqueiros – 1979/1989*. Maputo: FFP&UDPPE, 2000. P. 25.

³⁸ Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

constituição de empresas estatais na área de produção e prestação de serviços especializados para a frota pesqueira.³⁹

Paralelamente, estendem-se as águas jurisdicionais até 200 milhas, o que obriga armadores estrangeiros a iniciarem um diálogo com a autoridade pesqueira para a exploração dos recursos pesqueiros, e em Setembro de 1977 são concedidas as primeiras licenças de pesca industrial a barcos estrangeiros, e para dar legalidade a essas medidas, em 1978 é publicada a Lei de Pesca estrangeira.⁴⁰

Os armadores estrangeiros iniciaram o diálogo com a autoridade pesqueira, não porque havia condições de fiscalização da pesca ilegal; os armadores estrangeiros negociavam porque queriam evitar qualquer tipo de incidente internacional relacionado com a Lei do Mar, muito discutida nas Nações Unidas naquele período, que já havia definido a Zona Económica Exclusiva, e que só foi assinada em Dezembro de 1982.⁴¹

A **segunda fase**, completado o reajustamento do sector, foi caracterizada pela definição de cinco (5) linhas principais da política de desenvolvimento pesqueiro:

1. No que respeita à **pesca artesanal e semi-industrial**, a prioridade era atribuída ao aprvisionamento de materiais e aprestos de pesca destinados aos pescadores artesanais, por forma a aproveitar a capacidade existente com as formas de pesca tradicionais. Gradualmente, visava-se criar centros de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal, denominados Combinados Pesqueiros (CPs), localizados em centros de pesca (prioritariamente os pescadores artesanais e cooperativas de pesca), com as seguintes atribuições:

³⁹ Secretaria de Estado das Pescas: 1990, 1. [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], 3. Hermele:1986. p.4. Namalué, J. M. *Evolução Histórica dos Combinados Pesqueiros – 1979/1989*. Maputo: FFP&UDPPE, 2000. P. 25.

⁴⁰ Ver [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], P. 3. Salvador, F. & Simões, F. A Riqueza que Vem do Mar. *Revista Tempo*, Maputo, 1 de Abril de 1979, Nº 442. P. 23. Secretaria de Estado das Pescas. Recolha de Informações sobre as Pescarias. *Trabalho Preparatório para o Curso Internacional sobre Gestão de Pescarias Sustentáveis, de 21 de Maio a 9 de Agosto de 1991*. Abril de 1991, P. 15. Gervásio:1997, 53.

⁴¹ Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014. Ver também *O que é o Direito do Mar? Revista Tempo*, Maputo, 27 de Março de 1983. Pp.24-25.

- experimentação e divulgação de artes de pesca aperfeiçoadas ou novas técnicas de pesca;
- fornecimento aos pescadores artesanais de materiais e aprestos de pesca e sempre que possível e necessário de bens de consumo; compra e transporte e armazenagem ou secagem de pescado;
- realização de alguns serviços de reparação de equipamentos;
- canalização da produção, em primeiro lugar, para o abastecimento local e os excedentes para os centros urbanos e zonas rurais;
- a promoção do movimento cooperativo na pesca artesanal; e
- a implantação de infraestruturas em terra para apoiar a multiplicidade de acções acima mencionadas.⁴²

2. Em relação à **pesca industrial**, utilizando uma tecnologia mais complexa e explorando recursos não atingidos pela pesca semi-industrial, impulsionou-se o estabelecimento de associações de interesses com parceiros estrangeiros de reconhecidas capacidades técnica e financeira e implantação nos mercados internacionais. Procurava-se associar o interesse comum na captura e exportação de crustáceos com a realização de empreendimentos na captura de peixe destinado ao abastecimento nacional.⁴³

3. Criação de uma área de serviços, de produção de materiais e equipamentos de pesca e de assistência técnica, voltada para o apoio à actividade da pesca, em especial da pesca artesanal e da pesca semi-industrial. Considera-se nesta área, as actividades de importação e distribuição de materiais de pesca abrangendo uma rede grossista e retalhista privadas, a construção e reparação de pequenas embarcações de pesca, o fabrico de redes de pesca e a

⁴² Ver [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], P.6. Secretaria de Estado das Pescas: 1991, 16. Ver também de Almeida, J. T. The Mozambique Fishery: criteria in the development of Mozambique's fishing industry. *World Fishing/Indústrias Pesqueiras*. [SL], [SN],[SD]. Pp.3-5. Momade : 2005,12-13. Namalué, J. M. *Evolução Histórica dos Combinados Pesqueiros – 1979/1989*. Maputo: FFP&UDPPE, 2000. P. 26.

⁴³ [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], 7.

assistência técnica a equipamentos.⁴⁴ Assim, foram criadas as seguintes empresas de abastecimento de materiais de pesca artesanal e semi-industrial:⁴⁵

- ✓ TECNAVE (1978) – reparação e montagem de meios de comunicação;
- ✓ EQUIPESCA (Empresa de Apetrechamento da Indústria Pesqueira, 1980) – importação do material de pesca;
- ✓ TECNIPESCA (Empresa de Assistência Técnica, Projectos e Construções Pesqueiras, 1982) – projectos e construção de frigoríficos e fabrico de plásticos de pequena escala; e
- ✓ NAVIPESCA (Empresa de construção e Reparação de Barcos de Pesca, 1982) – fabrico e reparação de embarcações de pesca artesanal.

Durante o período em análise, foi possível aumentar o volume de materiais, aprestos e equipamentos de pesca distribuídos para a pesca de pequena escala, construir cerca de 400 pequenas embarcações de pesca artesanal, duplicar a produção de redes, atingindo um nível de cobertura de cerca de 60% das necessidades nacionais e iniciar a assistência técnica a determinadas marcas de equipamento com o apoio de fabricantes.⁴⁶

4. Investigação e gestão dos recursos pesqueiros, visando a ampliação do conhecimento actual e se gerir a sua exploração sem colocar em risco a sua reprodução. Até o ano de 1986 havia o conhecimento que permitia determinar uma captura potencial de 250 a 270 toneladas nas águas marítimas.⁴⁷ Foram estabelecidas como prioridades as pescarias capazes de proporcionar mais rapidamente um aumento das exportações e melhorias no abastecimento de pescado à população.⁴⁸

Anualmente fazia-se a investigação e apresentava-se o estado do recurso, depois planificava-se as quantidades a serem pescadas que eram divididas em quotas pelas empresas.

⁴⁴[Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], 7.

⁴⁵ Anon: 1985 apud Gervásio: 1997, 38-39.

⁴⁶ [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], 7-8.

⁴⁷ Ibid. 8.

⁴⁸ Secretaria de Estado das Pescas: 1991, 16.

5. Formação técnico-profissional, recorrendo sempre que possível aos estabelecimentos de ensino nacionais e, sempre que não for, à formação no exterior. Graduados durante o início da década 1980 nas escolas de pesca cerca de 250 profissionais de nível básico e até 1986 existiam cerca de 100 estudantes no exterior a frequentar cursos de nível médio.⁴⁹

Relacionando as políticas deste sector com a política global de desenvolvimento económico, no período em análise, pode-se constatar um certo alinhamento, por exemplo na maior assistência prestada ao sector industrial, que era onde o Estado tinha participação directa, e onde acreditava-se ser o que podia rapidamente contribuir para o desenvolvimento económico, através da obtenção de divisas provenientes da captura e exportação do camarão, enquanto o sector da pesca de pequena escala sobrevivia com apoios em materiais de aprestos e de pesca, mas que tinha contrapartidas pouco vantajosas a estes (ex: preço fixo), como veremos adiante.

3.2. Análise Sectorial

3.2.1. Sector da Pesca de Pequena Escala

A falta de peixe que já se verificava durante o período de transição é agravada a partir de 1979, principalmente devido ao rápido crescimento da população urbana e a diminuição das quantidades de outras proteínas oferecidas à população nomeadamente: carnes, ovos, leite, feijão e amendoim⁵⁰ que fazia com que houvesse uma maior procura deste produto.

Os Dados abaixo são ilustrativos dessa situação de falta de produtos protéicos nos centros urbanos:

- se em 1973 a carne bovina disponível no mercado era de 14.500 toneladas, em 1984 existiam apenas 4.700 toneladas; carne suína era 4.200 toneladas e em 1984 era 1.100 toneladas; a carne de frango disponível em 1973 era de 3.900 e em 1974 decresceu para 1.500; quanto ao feijão em 1984 havia apenas 3.500 toneladas contra 19.700 de 1973 e

⁴⁹ [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], 9.

⁵⁰ Ibid. 4.

quanto ao leite havia cerca de 13 milhões de litros em 1973 que decresceu para 4.5 milhões de litros em 1984.⁵¹

Havia, ainda, o facto da frota moçambicana ser numérica e tecnicamente insuficiente⁵² e com baixa produção, para além do facto das unidades operacionais concentrarem-se na pesca do camarão.⁵³ O outro aspecto a ter em conta foi a quebra da rede dos cantineiros (dos circuitos de comercialização), portanto o pescador artesanal (aquele que mais produzia peixe) não tinha onde vender o seu pescado e não havia um sistema de controle da pesca de pequena escala.

Adicionalmente, também há decréscimo da produção industrial do peixe. Se em 1974 a produção foi de 9.219 toneladas, em 1978 a mesma decresceu para 3.574 toneladas.⁵⁴

Toda essa situação provocou o aumento da procura do peixe. Portanto, o principal papel da pesca de pequena escala seria o de abastecer o mercado interno com peixe, e deste modo contribuir para o fornecimento de proteína animal perante a escassêz de outras.

Assim, em 1981 é criada a Unidade de Direcção da Pesca de Pequena Escala (UDPPE) visando apoiar os subsectores de pescas artesanais e semi-industrial, através da criação e direcção dos CPs que pelos respectivos Postos de Apoio e Compra (PAC) apoiavam na produção e comercialização;⁵⁵ até 1986, foram criados Postos de Apoio em Ibo, Pemba, Metangula, Ilha de Moçambique, Moma, Sopinho, Beira, Nova Chicó, Inhaca e Maputo.⁵⁶

Os CPs e os PAC foram constituídos a partir de infraestruturas e em embarcações já existentes, ao longo da costa, e que se reorganizaram e adaptaram aos novos fins.

A informação acima sobre o processo de formação dos CPs é consubstanciada pelo trecho abaixo que, usando como exemplo o do Ibo, faz menção ao processo de instalação, o recrutamento de pescadores como trabalhadores, o abandono dos pescadores devido a

⁵¹ [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], 4-5.

⁵² Devido à saída do país de técnicos portugueses.

⁵³ Sá, J. Porque Falta Peixe. *Revista Tempo*. Nº442, 1 de Abril de 1979. P.27. Da Silva, C. O Carapau de Todos os Dias. *Revista Tempo*. Nº521, 5 de Outubro de 1980. P.47.

⁵⁴ Ver Hermele: 1986, 3.

⁵⁵ Gervásio: 1997, 38.

⁵⁶ [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], P. 6.

como para outros, o maior “inimigo” é o parque da Sulpesca, para onde devem entregar toda produção se quiserem ter apoio em materiais de apetrechos de pesca.⁶³

Também podemos usar o exemplo do Ibo, em que Jonas Donato refere que os Pescadores não ficavam felizes com o facto de terem de entregar toda a produção ao CP em “troca do apoio que prestávamos.”⁶⁴

Em entrevista ao antigo Director da UDPPE e impulsionador dos CPs, Manuel Gonçalves, este argumentava o seguinte:

Os pescadores não eram obrigados a vender os seus produtos aos CPs, a questão aqui é dos termos de troca. Eles vinham vender aos CPs porque nós dávamos algo em troca, o que no caso concreto eram os materiais de pesca, mas também trocávamos com alimentos, roupas, que era algo que os pescadores precisavam e não tinham. Mas não era obrigatório...⁶⁵

Diríamos que se tratava de uma obrigatoriedade indirecta. No entanto, importa salientar o facto dos pescadores que reclamavam serem aqueles que usavam os circuitos oficiais para a venda da produção, os que não encaminhavam a produção através destes circuitos saíam beneficiados, pois, compravam os materiais de pesca a preço fixo e vendiam os pescados a preços especulativos tinham mais benefícios.⁶⁶

⁶³ Castanheira, N. Costa do Sol. Pescadores descontentes com SULPESCA. *Revista Tempo*. Nº659, 29 de Maio de 1983. P.23. Esse facto foi também confirmado pelos pescadores entrevistados *Senhor Arlindo Macuácuca*, não sabe quantos anos tem, Pescador desde do período colonial; *Senhor Manuel Guiamba*, 52 anos, Presidente da Associação dos Pescadores “Vitória Certa” começou a pescar em 1989 porque estava na tropa mas acompanhava as actividades do pai que era pescador; *Senhor Januário Francisco*, 40 anos, pescador artesanal, desde 1985 e *Senhor Manuel Dzimba*, não sabe que idade tem, pescador artesanal desde o período colonial (entrevistados no dia 12.09.2014); *Senhor José Chombe*, 59 anos, pescador desde 1979, *Senhor Alfredo Ntsinine*, 73 anos, pescador desde 1968 (entrevistados no dia 18.09.2014).

⁶⁴ Entrevista com o *Senhor Jonas Donato*, responsável pela implantação do Combinado Pesqueiro de Ibo, desde 1980 a 1985, realizada no dia 30 de Setembro de 2014.

⁶⁵ Entrevista com o *Senhor Manuel Gonçalves*, Director da Unidade de Direcção da Pesca de Pequena Escala 1981-1987 transformado em Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala de 1987 até a década 1990, onde ele também continuou sendo Presidente, foi também Presidente do Fundo do Fomento Pesqueiro até 2012, realizada no dia 09 de Outubro de 2014.

⁶⁶ Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

Havia também registos de conflitos entre os pescadores artesanais e os privados no que tange à recepção de apoios. Em alguns casos os artesanais reclamavam que os privados recebiam maior apoio em material e apetrechos de pesca. Um exemplo deste conflito é o dos Cooperativistas com o sector privado em Maputo:

....Nós somos uma cooperativa e temos recebido menos apoio em material e apetrechos de pesca, em relação aos privados....⁶⁷

E de facto, neste período clamava-se pelo apoio às Cooperativas de pesca, como atesta a afirmação abaixo, da Revista Tempo:

...a questão é que os pescadores têm necessidade de maior apoio, para que haja maior produção. Particular importância deve ser dada às cooperativas, cuja actividade e lucros beneficiam um maior número de pessoas.⁶⁸

Por outro lado, de facto a partir de 1980 as Cooperativas tinham menos apoio, pois, nas palavras do Secretário de Estado das Pescas, não era sustentável apoia-las, pois, exigiam mais custos:

...a partir de 1980, não havia praticamente cooperativas, pois, os meios de produção eram os mesmos usados por outros pescadores artesanais e nós não tínhamos meios para este sub-sector..... as cooperativas necessitariam por exemplo de um barco maior, e nós não estávamos em condições de providenciar, por isso praticamente abandonamo-las no início da década 1980.⁶⁹

De facto, eram praticamente insustentável as Cooperativas; o exemplo da Ilha do Ibo ajuda-nos, também, a ilustrar o porquê das cooperativas não evoluírem:

A Cooperativa 1 de Maio obteve o seu barco em 1982. O valor a pagar era de 400 contos dos quais só tinha pago 10 até 1984. Este pequeno exemplo ilustra um dos problemas que afecta o início das cooperativas, ilustra o facto que é perigoso constituir cooperativas de cima para baixo dando meios de produção e outros recursos cujo manejo e gestão ainda não estão dominados pelos próprios membros das cooperativas. A vontade e o entusiasmo não podem ultrapassar problemas que exigem conhecimentos técnicos, conhecimentos de gestão. Parece que ainda, não se

⁶⁷ Castanheira:1983, 23

⁶⁸ Ibid. 25.

⁶⁹ Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

realizou que o investimento na formação do pessoal exige muito mais esforços do que tem sido até agora dispensado. E também que este tipo de investimento só produz lucros a longo prazo.⁷⁰

Portanto, as queixas de 1983, consubstanciam um argumento já apresentado em 1980, de que o sector artesanal não estava a receber o apoio necessário. Naquele ano já se reclamava do facto de 95% do peixe para consumo local ser importado e apenas 5% ser da produção local; um funcionário da Pescom colocava o assunto nos seguintes moldes:

A garoupa, o peixe-serra e outros peixes das chamadas espécies ricas não permitem a pesca de arrasto (tipo industrial) mas só a pesca artesanal; as espécies ricas têm de ser pescadas à linha.⁷¹

Deste modo, a questão que se colocava era de que, se o peixe das chamadas espécies ricas para o abastecimento interno tinha de ser pescado à linha, actividade que competia ao sector artesanal, então porque é que não se prestava um maior apoio a este sector, o que poderia reduzir significativamente as importações⁷², se bem que as mesmas tenham registado um decréscimo a partir de 1981 (Ver tabela 3). Mas essa questão de menor apoio prestado ao sector artesanal ia no sentido da política definida que centralizava o maior apoio no sector estatal.

Todavia, este ponto (sobre o apoio) não pode ser visto de forma superficial; primeiro, já nos referimos acima que o sector artesanal beneficiou-se mais dos apoios pelo facto de muitos dos pescadores deste sector, comprar a preço fixo os materiais de pesca e vender os produtos das pescas a preços especulativos; segundo, este facto de que apenas 5% do consumo interno do peixe é que era proveniente da produção nacional também não pode ser um instrumento de medição ideal do apoio prestado, pois, estes tratam-se de dados registados, e sabe-se que naquele período não era possível controlar a produção de todos pescadores artesanais, que era muito maior fora dos circuitos oficiais; muitos pescadores tinham apoio dos CPs no que diz respeito a materiais de pesca mas a sua produção não passava pelas vias oficiais. Este argumento foi secundado por Tenreiro de Almeida, na entrevista concedida, e já referida, que

⁷⁰ CEA. *Relatório sobre a Comercialização no Distrito do Ibo*. Maputo: UEM/CEA, Agosto de 1984. P. 29.

⁷¹ Da Silva, C. O Carapau de Todos os Dias. *Revista Tempo*. N°521, 5 de Outubro de 1980. P.47.

⁷² Explicaremos no ponto 3.3.1 as razões da diminuição das importações do peixe.

aliás nas suas palavras refere que só com a produção dos pescadores artesanais de Maputo se ultrapassavam os 5% registados.⁷³

Portanto, os pescadores artesanais que se queixavam de serem menos beneficiados que os privados no que tange aos apoios, eram aqueles que estavam dentro do circuito oficial que tinham que comprar os materiais de pesca a preço fixo e vender o pescado também a preço fixo nos CPs.

Então, o que se deve reter é que de facto houve apoio ao sector da pesca de pequena escala, mas o maior problema é que este apoio era prestado com base no modelo económico definido (planificado centralmente) e que não tinha em conta a real situação dos pescadores. Assim, estes obtinham apoio através da venda dos seus produtos por um preço fixo, e eram indirectamente obrigado a fazê-lo porque precisavam dos materiais de pesca à venda nos CPs; por isso em muitos casos os pescadores recorriam ao mercado paralelo onde obtinham mais lucros e assim procuravam satisfazer as suas necessidades. Portanto, no fundo este era o problema da economia centralmente planificada que não levava em conta a realidade no terreno.

3.2.2. Sector Industrial

No período em estudo, o sector industrial estava mais virado para a pesca do camarão para exportação e em menor escala do peixe; o objectivo era de assegurar a obtenção de divisas.

Aqui surgem Empresas Estatais, Sociedades Mistas (entre o Estado com 51% do capital e Companhias Estrangeiras com 49% de capital) e barcos privados moçambicanos e estrangeiros licenciados.⁷⁴ . As empresas de captura do camarão, uma vez que eram responsáveis pela entrada de divisas, tinham benefícios fiscais.⁷⁵

Relativamente a empresas estatais, o destaque vai para a Emopesca, fundada em 1977. Foi a partir dessa época a empresa estatal mais importante na exploração camaroneira em

⁷³ Entrevista com o Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

⁷⁴ Gervásio: 1997, 42-43.

⁷⁵ Entrevista com o Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

Moçambique, subordinada à DNP e mais tarde à então Secretaria de Estado das Pescas (SEP). Após a reorganização do sector das pescas em 1980, a empresa foi dividida em quatro unidades autónomas (Emopesca-Maputo, Emopesca-Quelimane, Emopesca-Beira e Emopesca-Angoche) sob tutela da SEP.⁷⁶ A Emopesca usou parte da frota deixada pelos colonos, a outra teve de ser vendida a novos armadores, pois, o Estado não estava em condições de assegurar a manutenção de todas embarcações.⁷⁷

No que tange às Sociedades Mistas, destacam-se três companhias principais: **Efripel** (fundada em 1977 ou 1978, constituída pela Emopesca e a Companhia de Pesca do Japão Tayo Fishery ou Maruha), **Pescamar** (fundada em 1980, constituída pela Emopesca e a Pescanova da Espanha), e a **Mosopesca** (fundada em 1979 ou 1980, juntando a Emopesca e a Sovrybflot da URSS) todas destinadas à captura do camarão, exceptuando a Mosopesca cuja principal captura era do peixe.⁷⁸ Em 1985 houve negociações com a Pescamar no sentido de esta complementar a sua actividade de pesca de camarão com o fornecimento de peixe.⁷⁹

Os navios das Sociedades Mistas içavam bandeira moçambicana, e as operações e descarga do pescado eram cuidadosamente controladas por Moçambique. O camarão capturado pela Mosopesca era comercializado pela agência moçambicana de importação – exportação, Pescom Internacional. Por outro lado, as Sociedades Mistas vendiam o seu peixe à Pescom que-lhes pagava em moeda nacional.⁸⁰

O sector privado, neste contexto, refere-se a empresas organizadas segundo moldes capitalistas. Assim, os pescadores artesanais não fazem parte deste grupo. Durante os primeiros anos de independência até 1980, as empresas privadas eram responsáveis pelo maior volume de pesca de peixe, fora do sector artesanal, e ¼ da captura total do camarão; no entanto a partir de 1980 em diante a sua importância diminuiu por causa do surgimento da Emopesca e das Sociedades Mistas, mas com a reorganização da Emopesca, onde muitos barcos foram vendidos a empreiteiros privados estes ganharam “balão de oxigénio”, e aqueles que pescavam produtos de exportação receberam licenças para a importação de equipamento

⁷⁶ Gervásio: 1997, 43.

⁷⁷ Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

⁷⁸ Gervásio: 1997, 43; Hermele: 1984 (a), 15 e Hermele: 1984 (b), 5.

⁷⁹ Hermele: 1986. p.4.

⁸⁰ Ver Hermele: 1984 (a), Pp.7-9.

de pesca. Contudo, no que tange ao fornecimento doméstico do camarão os armadores privados continuavam a destacar-se, e não tinham obrigação de vender os seus produtos às agências oficiais de compra, estes deviam apenas registar suas capturas e vender os pescados ao preço oficial,⁸¹ em muitos casos isso não acontecia.

E quanto às licenças de pesca aos estrangeiros, essas eram atribuídas com o mesmo objectivo de aumentar o volume de capturas do pescado, principalmente do camarão. Até 1984, foram atribuídas licenças de pesca a 28 embarcações provenientes da URSS, Japão, Alemanha Democrática e Espanha, que pescavam camarão e lagosta; o valor da licença era de 1.350 USD por tonelada de uma determinada quota de camarão e que não devia ultrapassar 5%. As actividades de pesca licenciada eram rigorosamente reguladas no contrato. Em adição à quota estabelecida, o número de navios e a área e tipo de pesca eram também especificados. Nenhum sobrecarregamento era permitido no mar, e a descarga só podia ser feita em portos específicos. Cada navio devia levar consigo um inspector moçambicano. Multas severas, incluindo confiscação do pescado e do navio eram mencionadas no acordo sobre a licença. Era também tarefa do inspector assegurar que as quantidades razoáveis do pescado fossem vendidas à Pescom em meticais. No entanto, era difícil, senão impossível, controlar completamente as actividades dos licenciados.⁸²

3.3. Volume de Capturas

As políticas definidas até 1986 tiveram impacto no sector industrial, artesanal e semi-industrial, bem como no tipo de pescado. Interessa-nos estabelecer uma relação dessas políticas com o volume de capturas.

Em primeiro lugar é importante esclarecer que os dados apresentados são oficiais, referentes à produção registada. Aliás, um dos impactos das políticas traçadas foi exactamente o registo da produção, incluindo a artesanal e semi-industrial; e para a produção artesanal e semi-industrial, importa realçar que, pelo facto de muita desta não passar pelos circuitos oficiais a sua estimativa é muito superior à apresentada.

⁸¹ Hermele: 1984 (b),5-6.

⁸² Ver Hermele: 1984 (a), 9. Hermele: 1984 (b), 18.

Hermele apresenta-nos dados fixos da pesca artesanal estimados em 40.000 toneladas no período de 1961 a 1985.⁸³

Através dos dados consultados procuramos abaixo estabelecer a relação entre a política, e o volume das capturas e com os fenómenos naturais.

Em seguida vamos proceder a análise em termos dos produtos (peixe e camarão) e depois sectorial.

3.3.1. Produção do Peixe e do Camarão

O apoio a pesca artesanal e semi-industrial, bem como a promoção da constituição de novas empresas (que haviam sido abandonadas durante o período de transição) quer privadas, estatais e sociedades mistas, aquelas com orientação para a captura do peixe, permitiu a recuperação da produção pesqueira, superando os níveis do ano 1974 (9.219 toneladas) em 1981 (9.550 toneladas) continuando a aumentar até 1986. Com o aumento da produção, a importação do pescado diminuía, como se pode constatar na tabela 3. Se analisarmos os dados apresentados nesta tabela, através do cálculo aritmético, podemos constatar que as importações decresceram de 95% em 1980 para 35% em 1985.

Todavia, o decréscimo das importações do pescado não se deveu ao aumento da produção mas sim a redução da capacidade de compra desse produto, tratava-se de um problema macro que não se circunscrevia apenas ao sector das pescas. Até 1983 as importações, no geral, haviam baixado em 1/3. O outro aspecto é que havia a centralização de investimentos no sector da agricultura; até 1984 este sector recebia cerca de 70% do valor total de investimento nacional na economia.⁸⁴ Portanto a redução das importações do pescado deve-se a falta de divisas para o efeito e a centralização dessas no sector agrícola.

Retornando às razões do aumento da produção do peixe, pode-se também fazer menção à decisão pontual tomada em 1985 de que a Mosopesca (que já se dedicava essencialmente a captura do peixe) devia se concentrar no fornecimento de peixe para o mercado interno, abandonando completamente a sua actividade de captura de camarão, e também para facto de

⁸³ Hermele: 1984 (a), 3; Hermele: 1984 (b), 4.

⁸⁴ Ver Castel-Branco: 1994, 55 e 63.

ter sido decidido que a Pescamar e a Efripel deveriam complementar as suas actividades com a pesca do peixe.⁸⁵ Talvez por esses motivos a produção do peixe tenha aumentado de 11.710 toneladas em 1984 para 14.470 toneladas em 1985, conforme a tabela 3.

Os CPs através da disponibilização de material e de aprestos de pescas tiveram um grande papel no aumento da produção do peixe.

Podemos atestar a influência dessas políticas no volume de produção, ao nível dos pescadores artesanais, isto é, que se sentiam estimulados a pescar mais devido ao apoio prestado pelo Estado:

...Naquele tempo, pescávamos magumba e vendíamos à Pescom que muitas vezes usava para fazer sardinha. Mas eram bons tempos, porque sabíamos onde colocar o nosso peixe; quando não quiséssemos vender entregávamos a Sulpesca em troca de rede, anzol. Isso estimulava-nos a ficar mais tempo no mar para aumentar a quantidade do peixe, e voltávamos com muito peixe...⁸⁶

Este testemunho foi confirmado por outros pescadores entrevistados.⁸⁷

⁸⁵ Hermele:1986, 2 e 5.

⁸⁶ Entrevista com o *Senhor José Chombe*, 59 anos, Pescador desde 1975, realizada no dia 18 de Setembro de 2014, na Praia da Costa do Sol.

⁸⁷ *Senhor Arlindo Macuácu*, não sabe quantos anos tem, Pescador desde do período colonial; *Senhor Manuel Guiamba*, 52 anos, Presidente da Associação dos Pescadores “Vitória Certa” começou a pescar em 1989 porque estava na tropa mas acompanhava as actividades do pai que era pescador; *Senhor Januário Francisco*, 40 anos, pescador artesanal, desde 1985 e *Senhor Manuel Dzimba*, não sabe que idade tem, pescador artesanal desde o período colonial (entrevistados no dia 12.09.2014); *Senhor José Chombe*, 59 anos, pescador desde 1979, *Senhor Alfredo Ntsinine*, 73 anos, pescador desde 1968 (entrevistados no dia 18.09.2014).

Ano	Produção de Peixe (tons)	Importação de Pescado (tons)
1979	2.230	31.000
1980	7.430	29.400
1981	9.550	15.900
1982	9.610	14.800
1983	12.870	15.700
1984	11.710	13.300
1985	14.470	11.000
1986	16.910 a)	-

Tabela 3: Produção Total e Importação de Peixe, 1979-1985. Fonte: [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], P. 4.

a) **Fonte:** Direcção Nacional de Estatística. *Informação Estatística 1987*. [Maputo]: Agosto, 1988. P.54.

No concernente à captura do **camarão**, a formação de sociedades mistas e de empresas privadas, havendo assim, também um maior número de embarcações, a concessão de benefícios fiscais, impulsionou a captura deste produto, pois, aquelas eram vocacionadas essencialmente para o efeito. Portanto podem ter contribuído para o aumento do volume de produção.

É possível constatar esse aumento do volume de capturas através dos dados anuais patentes na tabela 4, onde até 1980 já haviam sido superados os níveis de 1974.

Ano	Produção de Camarão (tons)	Exportações (tons)
1979	4.200	3.800
1980	6.980	5.000
1981	8.680	7.600
1982	6.220	5.900
1983	5.770	4.800
1984	5.850	4.400
1985	6.090	5.400 a)
1986	4983 a)	2.948 b)

Tabela 4: Produção e Exportação de Camarão, 1979-1985. Fonte: [Secretaria de Estado das Pescas]: [1986], P. 5.

a) Fonte: Direcção Nacional de Estatística. **Informação Estatística 1987**. [Maputo]: Agosto, 1988. Pp. 53 e 54.

b) Fonte: Secretaria de Estado das Pescas: 1991, 3.

No geral, e com base nos dados das tabelas 3 e 4, comparando a influência nas capturas do peixe e do camarão, podemos assumir que a captura de peixe foi maior que a de camarão, justamente pela necessidade urgente de abastecer o país que passava por um período de carência deste produto, pelas razões acima expostas, mas também porque a pesca do camarão para a exportação era feita no alto mar e daí ser mais onerosa em termos de meios.

Ademais, esta produção do peixe poderia ser ainda muito maior que a do camarão, se fossem inclusos aqueles pescadores artesanais que não passam pelos circuitos oficiais.

3.3.2. Produção de Pequena Escala e Industrial

No que diz respeito às capturas **artesanal e semi-industrial**, através dos dados patentes na tabela 4, é possível estabelecer-se uma relação com as políticas sobre o sector. Os dados registados são das capturas que passaram pelos CPs e PAC.

Como fruto do apoio ao sector artesanal e semi-industrial é possível notar o aumento da produção de 757 toneladas em 1980 para 1722 toneladas em 1983 (ver a tabela 4). No entanto a partir de 1984 as capturas tendem a decrescer pelo facto de neste período os CPs e PAC já não terem frota própria e por via disso dedicarem-se exclusivamente às actividades de apoio à pesca artesanal, à montagem de infraestruturas e à pesca experimental. Mas a compra aumenta⁸⁸, como consequência do aumento da comercialização.

Ainda subscrevendo o aumento verificado durante esse período 1980 a 1983, Hermele sustenta que o total das capturas do sector de pesca artesanal aumentou devido à distribuição e à venda de material de pesca aos pescadores.⁸⁹ Portanto no período em que se usava os meios dos CPs, o que os estimulava. Aqui retomamos os depoimentos dos pescadores entrevistados que confirmam essa afirmação:

...Meu pai era membro de uma Cooperativa de Pesca, de princípio não conseguiam obter muitas capturas, mas quando receberam barcos de fibra, que vinham com motores por dentro, as capturas deles aumentaram. Eles iam à pesca, as capturas obtidas, uma parte era entregue à Sulpesca (Combinado Pesqueiro) que estava localizada aqui perto da praia, que em troca dava materiais de pesca (redes, anzol, entre outros). Quando tivessem problemas de avarias, havia uma empresa chamada Volvo Penta que trabalhava com a Navipesca na reparação das embarcações...⁹⁰

Através deste depoimento, podemos não só constatar a influência da política de apoio ao sector artesanal e semi-industrial para o aumento do volume das capturas, mas também na prática o papel da Equipesca e da Navipesca (fornecimento e reparação de equipamento de pesca, respectivamente).

Há mais depoimentos neste sentido:

⁸⁸ Secretaria de Estado das Pescas]. *Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Moçambique*. [Maputo]: [SN], [SD]. P.4.

⁸⁹ Hermele: 1984 (b), 10-11.

⁹⁰ Entrevista *Senhor Manuel Guiamba*, 52 anos, Presidente da Associação dos Pescadores "Vitória Certa" começou a pescar em 1989 porque estava na tropa mas acompanhava as actividades do pai que era pescador.

....claro! com o apoio em redes e cortiça nossas capturas aumentaram....porque antes nós não tínhamos materiais de pesca...⁹¹

Todavia, as capturas descem pelo facto dos pescadores abandonarem os CPs pelas razões acima expostas (inexistência de frota própria por parte dos CPs) para se dedicarem a pesca e à venda pessoalmente (daí o aumento da compra), isto é, abandono dos circuitos oficiais, mas não da produção. Os CPs deixam de ter frota própria porque não haviam peças para a manutenção e havia falta de pessoal formado a reparação das embarcações alocadas.⁹² Um dos pescadores da Costa do Sol, também confirmou esta informação:

....eu não tinha um barco próprio, mas tive amigos que receberam barcos para a pesca e de princípio funcionavam bem, mas depois avariavam e não conseguiam reparar. Estás a ver aqueles barcos brancos? Aqueles não levavam muito tempo que logo avariavam....o principal problema é que não havia peças.⁹³

Essa questão de falta de peças sobressalentes e de manutenção das embarcações é ilustrativa de um apoio deficiente que era prestado ao sector da pesca de pequena escala, isto é, atribuiam-se barcos mas não meios para a sua sobrevivência.

No entanto, se as capturas que passaram CPs, a partir de 1984 tendiam a decrescer, acredita-se que aquela que não passava por esse circuito aumentava:

Não tínhamos como saber a produção artesanal exacta. Os pescadores artesanais sempre foram os maiores produtores do peixe em todo o país, o único problema é que a maior parte deles trabalhava fora dos circuitos oficiais.⁹⁴

Devido a esse desconhecimento completo da produção real artesanal, os dados apresentados por Namalué nos anos 1984, 1985 e 1985 divergem da Tabela 4; para este autor a produção

⁹¹ Entrevista com o *Senhor Januário Francisco*, 40 anos, pescador artesanal desde 1985, realizada no dia 12 de Setembro de 2014, na Praia da Costa do Sol.

⁹² Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014. Entrevista com o *Senhor Jonas Donato*, responsável pela implantação do Combinado Pesqueiro de Ibo, desde 1980 a 1985, realizada no dia 30 de Setembro de 2014.

⁹³ Entrevista com o *Senhor Alfredo Ntsinine*, 73 anos, Pescador desde 1968, realizada no dia 18 de Setembro de 2014, na Praia da Costa do Sol.

⁹⁴ Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

total que passou pelos CPs durante os referidos anos foram respectivamente: 4002, 3442 e 8827 toneladas.⁹⁵

Da mesma forma, Hermele estima que a produção artesanal até 1985 tenha sido de 40.000 toneladas.⁹⁶

Em todo caso, em função dos dados disponíveis, e não obstante estarmos a trabalhar com as capturas registadas, somos obrigados a referir que o sector artesanal e semi-industrial foram os que mais se beneficiaram no que tange ao volume de capturas, comparativamente ao sector industrial. Se incluíssemos aquela captura não registada, acredita-se que a produção artesanal e semi-industrial seria ainda muito maior que a industrial. Por outro lado, é possível que o sector industrial tenha maior produção quando se trata do camarão por se tratar de uma pesca que necessita de melhores condições tecnológicas, incluindo embarcações preparadas para o efeito, e isso o sector industrial é que detinha.

Esse facto de desconhecimento da produção real artesanal, isto é, o facto de muita produção não ser registada é ilustrativo da falta de conhecimento da realidade no terreno, ou por outro lado trata-se de um dos problemas da planificação centralizada e concentração de recursos no sector estatal. Por isso, só era possível obter dados correctos daquela produção em que o Estado fazia um forte investimento (industrial), mas sobre a pequena escala onde o apoio tinha contrapartidas pouco benéficas para os pescadores era difícil porque estes contornavam os circuitos oficiais para obterem um maior rendimento. Ademais, o facto de a partir de 1984 a produção decrescer por falta de frota própria que se encontrava paralisada por falta de peças e de manutenção é ilustrativo do apoio deficiente que era prestado ao sector da pesca de pequena escala, pois, não se pode entregar embarcações aos pescadores sem as respectivas peças para manutenção, e sem a prévia formação sobre a reparação das mesmas. Esta foi uma das fraquezas da planificação centralizada da economia.

⁹⁵ Ver o Anexos I de Namalué, J. M. *Evolução Histórica dos Combinados Pesqueiros – 1979/1989*. Maputo: FFP&UDPPE, 2000.

⁹⁶ Hermele: 1986, 3.

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Capturas	757	1345	1692	1722	1207	1008	699
Compras	-	-	263	850	1260	1575	2786
Fauna Acompanhada	-	-	10	173	105	34	192
Total/ Produção (ton)	757	1345	1965	2745	2572	1617	3677

Tabela 4: Capturas Artesanal e Semi-industrial registada e que passaram pelos Combinados Pesqueiros e Postos de Apoio e Compra. Fonte: [Secretaria de Estado das Pescas]. *Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Moçambique*. [Maputo]: [SN], [SD]. P.4.

3.3.3. Influência da Oferta do Mar e de Fenómenos Naturais na Produção Pesqueira

Um dos aspectos que terá influenciado a captura é a oferta do mar; é possível que a mesma tenha influenciado para o aumento e redução da produção pesqueira.

Em 1985 a pesca do camarão atingiu o seu limite sustentável, como consequência nenhum outro aumento foi permitido às empresas de captura deste produto.⁹⁷ Em função disso podemos constatar através das tabelas 3 e 4 que a produção do camarão decresceu de 6.090 toneladas em 1985 para 4983 toneladas em 1986, enquanto o peixe que supostamente ainda não havia atingido o seu limite sustentável aumentou a sua produção de 14470 toneladas para 16910 toneladas de 1985 a 1986.

O outro aspecto que concerteza terá influenciado as capturas são os fenómenos naturais.

De 1977 a 1987 ocorreram em Moçambique doze (12) ciclones tropicais⁹⁸, que se acredita terem influenciado negativamente no volume das capturas.

⁹⁷ Hermele:1986, 4.

⁹⁸ Matimbe, L. A. *Frequência de Ciclones Tropicais em Moçambique e a sua relação com a precipitação*. Maputo: UEM/FC – Departamento de Física, 2004. Dissertação Apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura. P.19.

Em 1982 o Ciclone “Justine” destruiu 7 navios da Emopesca (um quinto do total) e deixou danos em outros vários,⁹⁹ e se verificarmos a produção do camarão daquele ano (na tabela 4) constataremos uma redução em relação ao ano de 1981 (de 8680 toneladas para 6220 toneladas), esse decréscimo deve ter sido consequência do fenómeno em alusão.

Dois anos depois, de 29 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1984, Moçambique é afectado por um dos pelo Ciclone “Demoina”. Com grande impacto nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, este causou muitos danos materiais, destruiu culturas, afectou cerca de 350.000 habitantes e matou 109 pessoas.¹⁰⁰ Este fenómeno foi referido como razão da baixa captura do peixe verificado no mês de Fevereiro na Baía de Maputo; segundo Sousa as capturas do peixe pela frota semi-industrial baixaram de 55 toneladas no mês de Janeiro para 26.6 toneladas em Fevereiro de 1984 em consequência do Ciclone Demoina.¹⁰¹ Podemos ainda constatar através da tabela 3, que a produção total do peixe registou um decréscimo em 1984 para 11.710 toneladas contra 12.870 toneladas de 1983; é possível que isso seja, também, resultante do fenómeno em referência.

Deste modo, podemos inferir que a oferta do mar e os fenómenos naturais influenciaram no tipo e na quantidade do pescado capturado, tanto negativa assim como positivamente, pois, pressupõe-se que em condições climáticas normais há possibilidade das capturas também serem melhores.

3.4. Comercialização do Pescado e Sustentabilidade do Sector

Durante o período em análise existiam três sistemas paralelos de venda do peixe e do camarão em Moçambique. A estrutura dos preços tinha como objectivo fornecer peixe à população a baixo preço, por isso circunstancialmente funcionava como desincentivo, e a resposta muitas das vezes era a de fugir dos circuitos oficiais.

1. Fluxo do peixe não registado: este fluxo era proveniente da pesca artesanal bem como do sector privado. A distribuição dessa produção era para o auto-consumo, vendido

⁹⁹ Hermele:1984, 4.

¹⁰⁰ Ver Agency for International Development. *20 Years of Response*. Washington: AID, September 18, 1984. Pp. 36-38.

¹⁰¹ Sousa, M. I. *Actividade de Pesca de Emalhe e de Arrasto na Baía de Maputo em 1984*. Maputo: Instituto de Investigação Pesqueira, Setembro de 1985. P. 8.

directamente aos consumidores ou aos revendedores privados por atacado e aos retalhistas.¹⁰²

2. Pescom: exercia o domínio da venda por atacado do peixe; a partir de 1981 praticamente substituiu o sistema de mercado privado existente. Em 1984, a Pescom comercializava praticamente todo peixe capturado pela Mosopesca, 61% das suas vendas iam para as Lojas da Pescom, Lojas das Cooperativas e retalhistas privados, 11% eram canalizados às escolas e hospitais, e o resto ia para outras instituições; os Combinados Pesqueiros comercializavam aproximadamente 1/3 da sua produção através da Pescom e o outro terço ia para o uso industrial (fabrico de enlatados) e o outro era vendido directamente para o consumo; as empresas privadas assim como alguns pescadores artesanais também forneciam os seus pescados a Pescom (quer através dos Combinados Pesqueiros, quer directamente¹⁰³); e por fim as empresas dedicadas à captura do camarão também forneciam parte significativa do peixe capturado à Pescom.¹⁰⁴

As empresas privadas, pescadores artesanais e a Mosopesca queixavam-se constantemente de sucessivas perdas devido aos preços (oficiais) baixos,¹⁰⁵ que não eram sustentáveis. Por exemplo, a Mosopesca era obrigado a vender o peixe ao mesmo preço do peixe que era importado da Namíbia e África do sul, o que não era sustentável, pois, as condições de capturas naqueles países (ex: frota) eram muito melhores que aquelas de Moçambique.¹⁰⁶

No caso dos CPs e respectivos PAC, esta situação também não era sustentável tanto para eles assim como para os pescadores, isto é, o preço que os CPs pagavam aos pescadores não

¹⁰² Hermele: 1984 (b), 6.

¹⁰³ *Senhor Arlindo Macuácuca*, não sabe quantos anos tem, Pescador desde do período colonial; *Senhor Manuel Guiamba*, 52 anos, Presidente da Associação dos Pescadores “Vitória Certa” começou a pescar em 1989 porque estava na tropa mas acompanhava as actividades do pai que era pescador; *Senhor Januário Francisco*, 40 anos, pescador artesanal, desde 1985 e *Senhor Manuel Dzimba*, não sabe que idade tem, pescador artesanal desde o período colonial (entrevistados no dia 12.09.2014); *Senhor José Chombe*, 59 anos, pescador desde 1979, *Senhor Alfredo Ntsinine*, 73 anos, pescador desde 1968 (entrevistados no dia 18.09.2014), confirmaram essas informações, e alguns deles faziam esse tipo de transacções.

¹⁰⁴ Hermele: 1984 (b), 6 e 13.

¹⁰⁵ Hermele: 1984 (b), 19.

¹⁰⁶ Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

garantia a rentabilidade da actividade, da mesma forma que o preço que a Pescom dava aos CPs não era satisfatório.¹⁰⁷

Em alguns casos os termos de troca eram considerados injustos, o que suscitava reclamações. Em Maputo as reclamações dos pescadores deviam-se ao facto de venderem todo o pescado à Sulpesca por 20 Meticais cada caixa de magumba e este CP revendê-lo por 25 Meticais “..... e assim quem ganha os lucros são eles que não fazem nada”, palavras de um pescador entrevistado pela Revista Tempo em 1983.¹⁰⁸ Por isso grande parte dos pescadores desviava o pescado para outros circuitos:

O peixe segue os circuitos mais esquisitos: sacos cheios de magumba são metidos em alguns carros (aluguer-piratas), molinhos de peixe são vendidos a certos amigos e outra parte é encaminhada para o parque da SULPESCA...¹⁰⁹

Manuel Gonçalves confirma a informação acima, de uma forma até curiosa:

...Eu no lugar deles (pescadores) fazia o mesmo, vendia na candonga...era o direito deles; a estrutura de preços fixos não os ajudava, não era rentável...tinham o direito de vender por um preço mais elevado.¹¹⁰

Os CPs defendiam-se alegando que eles é que arcavam com todos os custos de aquisição do material, e que o lucro que obtinham era para o benefício dos pescadores, como atestam as palavras do delegado da Sulpesca, entrevistado pela Revista Tempo:

Quanto aos preços de compra e venda da produção dos pescadores, o lucro que obtemos é precisamente para beneficiar os pescadores. Veja por exemplo, quem vai buscar os materiais somos nós. O transporte para ir buscar combustíveis também é nosso.¹¹¹

¹⁰⁷ Entrevista com o *Senhor Jonas Donato*, responsável pela implantação do Combinado Pesqueiro de Ibo, desde 1980 a 1985, realizada no dia 30 de Setembro de 2014.

¹⁰⁸ Castanheira: 1983, .24.

¹⁰⁹ Ibid. 24.

¹¹⁰ Entrevista com o *Senhor Manuel Gonçalves*, Director da Unidade de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala 1981-1987 transformado em Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala de 1987 até a década 1990,m realizada no dia 09 de Outubro de 2014.

¹¹¹ Castanheira: 1983, .24.

Este posicionamento foi confirmado pelo então Secretário de Estado das Pescas, que referiu que estes não tinham fins lucrativos para além de apoiar os pescadores.¹¹²

Uma outra resposta a esta situação dos preços era dada pelo sector privado que em 1984 já canalizava grande parte dos seus pescados para o mercado negro¹¹³. Mas isso tratava-se da continuidade do que já vinha acontecendo, pois, em 1983, dos 100% do peixe que a Pescom vendia apenas 6% era proveniente do sector privado e artesanal (**Ver anexo I**).

3. Pescom Internacional: canalizava a exportação do camarão; nenhuma exportação de peixe tinha lugar. A Pescom Internacional comercializava o camarão da empresa estatal Emopesca assim como da Sociedade Mista Mosopesca, preferencialmente para África do Sul e França.

No entanto, essa comercialização criava mal estar na Mosopesca, pois, a Pescom Internacional é que detinha os lucros, ou por outra, lucrava o dobro do que pagava pela compra e em moeda internacional:

....Veja-se que a Emopesca vendia à Pescom Internacional uma caixa de camarão a 100 Meticais, que por sua vez revendia por 3 vezes mais do valor pago; isso criava uma certa insatisfação, pois, os produtores eram obrigados a vender por um preço fixo e a Pescom vendia ao preço do mercado.¹¹⁴

Por causa disso, as outras duas Sociedades Mistas, Efripel e Pescamar, eram responsáveis pelas suas exportações do camarão, pois, o preço pago pela Pescom era bastante baixo; essas duas empresas exportavam para o Japão e Espanha¹¹⁵ (pelo facto da comparticipação estrangeira dessas empresas serem provenientes desses países). Os pequenos privados também exportavam directamente os seus produtos.

O facto é que essas empresas produziam muito mais que a frota estatal, e portanto negociavam para exportar os seus produtos onde fosse mais rentável:

....Um exemplo desta baixa de produção e produtividade das empresas estatais obtivemo-lo há cerca de ano e meio na cidade da Beira onde nos informaram que

¹¹² Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

¹¹³ Hermele: 1984 (b 5-6).

¹¹⁴ Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

¹¹⁵ Hermele: 1984 (b), 6.

na pesca do camarão apenas um barco de uma empresa privada pescava mais camarão do que três outros de uma empresa estatal com maior capacidade.¹¹⁶

O trecho acima é ilustrativo de que apesar da orientação política preconizar um maior investimento no sector estatal, isto não significou que este obtivesse maior produção que outros; seria necessário, talvez, investir em conhecimentos tecnológicos e no melhoramento das condições da frota (como era o caso da frota privada).

Por isso, o Estado permitia que exportassem directamente porque davam um grande contributo para a entrada de divisas no país. Chegou-se a negociar com o Banco de Moçambique para que uma parte das divisas ficassem à disposição da Secretaria de Estado das Pescas para a aquisição de insumos, combustíveis, sobressalentes, pois, muitas vezes os que estavam fora do sector não tinham ideia dos custos da produção, embora isso nem sempre fosse aceite.¹¹⁷

Assim, a questão que deve vir a debate não é o baixo preço em si, mas a dificuldade em obter bens de consumo, materiais, instrumentos e equipamentos de pesca, o que fez com que muitos pescadores se retirassem dos circuitos oficiais.¹¹⁸ Mas isso é apenas parte de um problema maior que foi o modelo de centralização e concentração do desenvolvimento económico no Estado; isto é, o privilégio de apoio ao sector estatal e a definição de políticas sem o conhecimento real da situação do terreno, “de cima para baixo”.

3.5. A Questão da Empregabilidade no Sector

Usando como caso de estudo o sector artesanal, podemos inferir que houve promoção de trabalho que permitiu o auto-sustento das populações que viviam no litoral, através dos CPs que forneciam aprestos e material de pesca.

No caso dos CPs de Ibo e Moma, estes chegaram mesmo a empregar pescadores, como já foi acima referido. Aliás, umas das esperanças aquando do processo de implantação dos CPs era

¹¹⁶ Da Silva: 1980, 47. Da Silva : 1980, 47.

¹¹⁷ Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

¹¹⁸ Hermele: 1984 (b), 20.

a da criação de emprego remunerado, e essa perspectiva estava bem patente no processo de criação deste empreendimento na Ilha do Ibo :

Com efeito, um bom número de cidadãos beneficiarão de um emprego estável e bem remunerado, saindo da sua actual situação de inactividade quase absoluta, passando a participar na reconstrução do país, produzindo.¹¹⁹

E de facto aconteceu, alguns trabalharam como assalariados. Aqui, os tripulantes dos barcos do CP eram pagos como trabalhadores de qualquer empresa; a relação era meramente monetária e não baseada na productividade do barco, isso significa que com maior ou menor produtividade eles tinham um salário fixo; a título demonstrativo, neste CP os pescadores recebiam de acordo com a seguinte tabela salarial: Pescador-mestre – 3.250.00Mt, Mergulhador – 2.750.00Mt, Motorista – 2.750.00Mt e Marinheiro – 2.500.00Mt.¹²⁰

Para os restantes CPs, e mesmo para os acima referidos mas principalmente a partir de 1984, os pescadores não trabalhavam como assalariados destes, no entanto uns estavam em Cooperativas e outros individualmente, mas o aspecto comum é que estes obtinham apoio em aprestos e materiais de pesca que os possibilitava exercerem as suas actividades, portanto havia aqui o estímulo para o auto-emprego tanto mais que poucos é que vendiam os seus produtos através de circuitos oficiais, podendo assim assegurar um maior rendimento. E, como foi anteriormente referido, muitos pescadores se beneficiavam do sistema de compra de materiais a preços fixos e venda dos produtos de pescado a preço especulativo, no mercado negro; outros ainda repartiam a produção entregando uma parte aos CPs ficando com outra para encaminhar como bem quisesse, até porque praticamente não havia fiscais.¹²¹

Deste modo, o que se deve reter é o facto dos CPs terem de facto impulsionado o emprego, quer auto ou assalariado, pois, através do fornecimento de materiais de pescas e através da capacidade de aproveitamento deste sistema pela parte dos pescadores. Em 1977 cerca de 25.000 pescadores artesanais estavam afectados pela crise económica. Com o funcionamento

¹¹⁹ Matos, E. G. Cabo Delgado Combinado pesqueiro vai arrancar. *Revista Tempo*. Nº546, 29 de Março de 1980. P.8.

¹²⁰ CEA: 1984, 29.

¹²¹ Da Silva: 1980, 24. Entrevista com o *Senhor Arlindo Macuácuá*, não sabe a idade, Pescador desde o período colonial, realizada no dia 12 de Setembro de 2014, na Praia da Costa do Sol.

dos CPs em 1986 tínhamos cerca de 80.000 pescadores em actividades e se beneficiando deste sistema, deste universo apenas 7000 estavam directamente vinculados aos CPs.¹²²

Portanto, aqui mais uma vez podemos constatar o problema da política centralmente planificada; o salário para aqueles que se encontravam vinculados aos CPs era fixo, independentemente da produtividade. Repare-se que alguns já exerciam essas actividades individualmente antes de se tornarem assalariados, e ganhavam conforme a produção, por isso essa política de salário fixo mesmo quando a produtividade fosse elevada funcionava como desincentivo para se manterem vinculados; deste modo não é de espantar que num universo de 80.000 pescadores que se beneficiavam do sistema dos CPs (acesso a instrumentos e materiais de pesca) apenas 7000 é que estavam directamente vinculados.

Não estamos a afirmar que não houve criação de empregos, os CPs de facto impulsionaram a criação de empregos mas muito destes não estavam directamente vinculados pelo facto do salário pago não ser muito atractivo.¹²³

3.6. Ligação entre a Pesca e Agricultura

Os anos 1980 e 1984 marcam o agudizar da crise da falta de produtos agrícolas no país, como consequência da seca e até da guerra civil que dificultava o escoamento dos mesmos.

O facto é que neste período, como já foi anteriormente referido, o peixe era o produto que maior contribuía para o fornecimento de proteína animal às populações, e juntamente com a agricultura constituía a maior fonte de rendimento.

Para produzir o peixe para comercialização era preciso ter produtos alimentares, por isso começou a haver uma procura destes,¹²⁴ mas por outro lado os produtores agrícolas também

¹²² Ver Namalué: 2000, 27 e 61.

¹²³ Muitos dos pescadores vinculados aos CPs eram os que, anteriormente, se juntavam entre eles, produziam o peixe e dividiam por igual entre eles; este novo sistema de ter de trabalhar para os CPs, e obviamente ter de entregar todo o pescado e no fim do mês receber um salário fixo não os incentivava, por isso muitos abandonavam o sistema e preferiam trabalhar sozinhos e usufruir dos seus rendimentos, como antes. Entrevista com o *Senhor Jonas Donato*, responsável pela implantação do Combinado Pesqueiro de Ibo, desde 1980 a 1985, realizada no dia 30 de Setembro de 2014.

tinham muita necessidade de peixe, que era o mais importante produto de fornecimento de proteína animal naquele período, face à escassez de carne.

Sucedem porém que havia desequilíbrios gerados pela falta de meios de transportes, de produtos alimentares nas zonas de produção pesqueira e pela falta generalizada de produtos à comercializar aos pescadores;¹²⁵ que também afectava o sector agrícola.

Deste modo os CPs começaram a trabalhar em articulação com a AGRICOM (Empresa de Comercialização de Produtos Agrícolas) chegando a celebrar contratos com vista a viabilizar as trocas dos produtos necessários dos dois lados; a AGRICOM fornecia aos CPs produtos agrícolas e em troca recebiam peixe seco. Por exemplo, os CPs trocavam roupa, arroz ou mesmo leite pelo peixe dos pescadores, e levava-se o peixe seco acompanhado de sal para o interior, que era muito procurado devido à facilidade de conservação.¹²⁶

Todavia, esse sistema tinha dificuldades estruturais. Estava estabelecido que os CPs através dos PACs seriam o elo de ligação entre os produtos trocados pelos pescadores por produtos agrícolas (através da AGRICOM).

Ora, quando os termos ou os preços não fossem favoráveis, ou quando a chegada de produtos era irregular e impulsionava a corrupção onde apenas os conhecidos dos funcionários dos PACs é que eram beneficiados,¹²⁷ os pescadores dirigiam pessoalmente o processo.

Por exemplo, apesar das dificuldades existentes de transportes, alguns pescadores (principalmente das cooperativas) do Ibo organizavam-se e dirigiam-se a Montepuez e ao Planalto de Mueda para trocar peixe seco por arroz ou mandioca.¹²⁸

¹²⁴ CEA: 1984, 44.

¹²⁵ CEA: 1984, 44. Entrevista com o *Senhor Manuel Gonçalves*, Director da Unidade de Direcção da Pesca de Pequena Escala 1981-1987 transformado em Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala de 1987 até a década 1990, onde continuou sendo presidente, realizada no dia 09 de Outubro de 2014. Namalúé: 2000, 42.

¹²⁶ Entrevista com o *Senhor Manuel Gonçalves*, Director da Unidade de Direcção da Pesca de Pequena Escala 1981-1987 transformado em Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala de 1987 até a década 1990, onde continuou sendo Presidente, realizada no dia 09 de Outubro de 2014.

¹²⁷ Um exemplo concreto acontecia na Ilha do Ibo. CEA : 1984, 44-45.

¹²⁸ CEA : 1984, 46.

havia também o movimento na direcção contrária (Ibo) para efetuar trocas. Em 1984, os preços de venda de alguns produtos agrícolas e do peixe seco por cada quilo eram:

- milho: 25 Mt; mandioca 20 Mt, coco: 7 Mt e peixe seco: 250 Mt.¹²⁹

No entanto, quando se tratasse de troca os termos eram os seguintes:

- 1 kg de peixe seco = 5 kg de Mapira;
- 1 kg de peixe seco = 7 kg de milho;
- 1 kg de peixe seco = 8 kg de mandioca;
- 1 kg de peixe seco = 8 kg de farinha de mandioca.¹³⁰

Assim, pode-se constatar a importância do peixe seco se verificarmos o preço comparativamente aos produtos agrícolas, mas também constata-se que os pescadores precisavam de produtos agrícolas, daí a sua deslocação para outros distritos.

Note-se que pelo facto dos produtos agrícolas serem importantes para os pescadores, os termos de troca não correspondiam ao preço de venda. Alíás nem eram estabelecidas nessa base; as trocas eram feitas em função das necessidades dos produtores e do esforço empreendido para a produção, isto é, podiam negociar directamente entre os produtores sem nenhum intermediário (comerciante que também visa o lucro) que normalmente transaccionava os produtos em termos que não lhes era favorável. A espelhar esse aspecto, no período em estudo só estão disponíveis dados de 1986 onde foram transaccionados através dos CPs cerca de 90 toneladas de peixe seco por produtos agrícolas; não há dados disponíveis para os anos anteriores (Ver anexo II).

Outros aspectos que também demonstram a dificuldade estrutural do sistema oficial de articulação entre a pesca e a agricultura relacionam-se com dois fenómenos que tiveram lugar entre 1980 a 1984:

- 1980 a 1982: há o agudizar da falta de produtos. Neste período os pescadores aperceberam-se que com o peixe se conseguia mais facilmente e a melhor preço os produtos de primeira

¹²⁹ Ibid. 47.

¹³⁰ Ibid. 47.

necessidade e que os termos de troca eram mais favoráveis quando fossem produtos por produtos¹³¹, e não em dinheiro porque praticamente não havia nada por comprar. Portanto os pescadores não trocam apenas por produtos agrícolas, mas tomam a dianteira de trocar também por outros produtos fora dos PACs, o que significa que estes últimos ficavam sem peixe.

- 1982 a 1984: há o alastramento dos efeitos da seca em todo o país. Como consequência, há a generalização da troca dos produtos agrícolas pelo pescado; assim vai haver corrida desenfreada para a obtenção do peixe e proceder a troca com produtos agrícolas, portanto já não é apenas o pescador a comercializar o seu produto mas também dirigentes estatais e empresas diversas, devido a crise agrícola. A Ilha do Ibo é ilustrativa dessa situação, onde a subida dramática do número de comerciantes obrigou a Direcção Provincial das Finanças a indeferir muitos pedidos de licença de comerciante.¹³² Assim todos queriam ter peixe para poder ter acesso a escassos produtos agrícolas e outros de primeira necessidade.

Um outro aspecto ilustrativo da dificuldade estrutural era derivado da guerra civil; em alguns casos era praticamente impossível chegar às zonas de produção agrícola.¹³³

Deste modo, num período em que Moçambique estava a passar por problemas de fome, o peixe complementava os poucos produtos agrícolas existentes e vice-versa.

Contudo, a ligação entre a agricultura e a pesca era mais uma vez o espelho de políticas traças do topo para a base, e demonstrativo de que o modelo económico levado a cabo não era sustentável, e que precisava-se de uma maior liberalização. O facto dos pescadores decidirem transaccionar pessoalmente seus produtos, por causa de termos de troca menos favoráveis, corrupção, a necessidade de maior lucro ao invés de o fazer através dos CPs, o envolvimento de estruturas estatais é ilustrativo de que se tratava de resposta ao sistema de economia centralmente planificada e concentrada no sector estatal, que não era sustentável.

¹³¹ CEA : 1984, 56.

¹³² Ibid. 56.

¹³³ Um dos locais era Angoche. Entrevista com o *Senhor Joaquim Tenreiro de Almeida*, Secretário de Estado das Pescas 1980-1991, realizada no dia 06 de Outubro de 2014.

CAPÍTULO IV

4. CONCLUSÃO

O sector das pescas no período 1977-1987 foi caracterizado por políticas que visavam relançar a produção industrial (principalmente do camarão) para a exportação e procurar estimular a pesca de pequena escala para o mercado interno. Todavia, essas políticas estavam na mesma linha orientadora da política geral do período em análise, que era a concentração e centralização económica no sector estatal, considerado o único capaz de impulsionar o desenvolvimento económico do país. As políticas foram traçadas sem terem em conta a realidade do terreno, portanto do topo para a base, por isso em muitos casos foram sujeitas a oposição. Embora tenha havido o aumento na produção do pescado, o mesmo não pode ser atribuído apenas às políticas há que considerar aspectos como a oferta do mar e a influência de fenómenos naturais.

No que tange aos apoios prestados, o sector da pesca industrial foi o mais beneficiado, até porque era onde o Estado tinha activos. Relativamente ao sector da pesca de pequena escala aqui houve a criação dos CPs que deveriam apoiar os pescadores em aprestos e materiais de pesca; no entanto, o apoio prestado tinha suas contrapartidas, para obtê-los os pescadores tinham que vender toda a sua produção aos CPs por preço fixo. Por isso, em muitos casos estes abandonavam os CPs e revendiam o pescado fora do circuito oficial onde tinham maior rendimento, aqui encontramos a relação com a política centralmente estabelecida de preço fixo que, aliás, também era contestada pelo sector industrial onde algumas Sociedades Mistas exportavam por si os seus produtos de pesca (camarão). Outro problema dos apoios estava relacionado com o facto das embarcações alocadas aos CPs para serem atribuídas aos pescadores não terem sido acompanhadas de formação e de peças sobressalentes por isso muitas delas avariaram e ninguém sabia reparar-las; isto é espelho da pouca atenção dada ao sector da pesca de pequena escala.

Quanto ao impacto na Comercialização e Sustentabilidade temos a referir que a política de preços fixos não beneficiava aos produtores que usavam circuitos oficiais de comercialização. O problema é que a política dos preços fixos não garantia a rentabilidade das actividades dos pescadores, por isso muitos deles, tanto de pequena escala assim como industriais recorriam a circuitos não oficiais para comercializarem o seu pescado ao preço que lhes fosse rentável e sustentável, isto é, cujo lucro pudesse assegurar a compra de insumos, combustíveis, etc.

Relativamente à criação de emprego, e com base no caso do sector da pesca de pequena escala, o objectivo era o de vincular os pescadores junto aos CPs. Todavia, como ficou demonstrado no trabalho muitos desses não estavam vinculados aos CPs por causa das condições existentes, que não eram satisfatórias.

Quanto a ligação entre a pesca e a agricultura; num período de crise de cereais e de peixe os pescadores trocavam peixe por produtos agrícolas, pois, estavam necessitados dos mesmos e vice-versa. Essa operação podia acontecer no litoral assim como no interior. Contudo, este processo foi sujeito à alguns problemas estruturais; era suposto que essa ligação fosse materializada através dos CPs e da AGRICOM, que serviriam de intermediários, no entanto para os pescadores os termos de troca não lhes eram favorável por isso em alguns casos estes assumiam a responsabilidade de pessoalmente efectuarem as transacções; ademais, entre 1980 a 1984, num período em que Moçambique estava em crise de produtos e estava sob efeitos da seca, este esquema de ligação através dos CPs e da AGRICOM praticamente desapareceu, uma vez que era mais fácil adquirir outros produtos através da troca do peixe e não pela compra, por isso surge aqui o aumento de comerciantes que querem ter acesso ao peixe, incluindo alguns funcionários do Estado.

Deste modo o sector das pescas no período 1977-1987 caracterizou-se por uma política que era o espelho da orientação política global, que se circunscrevia na concentração e centralização do desenvolvimento no Estado e por uma planificação económica centralizada; por isso, neste sector, também houve muitas situações de insatisfação e por via disso houve várias formas de contorná-la.

Referências Bibliográficas

Livros

1. Namalué, J. M. *Evolução Histórica dos Combinados Pesqueiros – 1979/1989*. Maputo: FFP&UDPPE, 2000.

Capítulos de Livros

1. Castel-Branco, C.N. Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. In: Carlos Nuno Castel-Branco (Org.). *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo: UEM/FE, 1994. Pp.96-97.
2. Figueiredo, Rómulo. O sector da Pesca na Província de Moçambique. In: *Análise do Sector de Pesca do Ultramar*, 1966. Pp. 207-234.
3. Fundo de Fomento Pesqueiro. Historial. In: *Evolução Histórica da Escola de Pesca, 1978-1999*. Maputo: FFP, 2001. Pp. 15-17

Artigos de Revistas e de Jornais

1. ATIRBAC. Cartas ao Director: Novamente o Problema da Pesca em Moçambique. *Notícias da Beira*, 21 de Novembro de 1968. P.8.
2. Castanheira, N. Costa do Sol. Pescadores descontentes com SULPESCA. *Revista Tempo*. Nº659, 29 de Maio de 1983. Pp.23-25.
3. Da Silva, C. O Carapau de Todos os Dias. *Revista Tempo*. Nº521, 5 de Outubro de 1980. Pp. 46-47.
4. de Almeida, J. T. The Mozambique Fishery: criteria in the development of Mozambique's fishing industry. *World Fishing/Indústrias Pesqueiras*. [SL], [SN],[SD]. Pp.3-5.
5. Carpintaria Naval. Ou como os grandes empreendimentos são feitos com suor de homens honestos. *Notícias da Beira*, 3 de Junho de 1968. [Sem Página].

6. A Pesca em Moçambique. *Notícias da Beira*, 11 de Abril de 1970. Pp.3-4.
7. Cais ou Caos do Manarte. 30 metros para 40 barcos: É possível trabalhar assim? *Notícias da Beira*, Beira, Quinta-feira, 4 de Novembro de 1971. [Sem Página].
8. A Faina dos Pescadores das Toscas e frágeis almadias. [*Notícias da Beira*.], [SD]. [Sem Página].
9. O que é o Direito do Mar? *Revista Tempo*. Maputo, 27 de Março de 1983. Pp.24-29.
10. Sá, J. Porque Falta Peixe. *Revista Tempo*. N°442,1 de Abril de 1979. Pp.26-28.
11. Salvador, J. & Simões, F. A Riqueza que vem do mar. *Revista Tempo*. N°442,1 de Abril de 1979. Pp.21-55.

Documentos Oficiais

1. Direcção Nacional de Estatística. *Informação Estatística 1975-1984*. [Maputo]: Direcção Nacional de Estatística, 1985.
2. Direcção Nacional de Estatística. *Informação Estatística 1987*. [Maputo]: Direcção Nacional de Estatística, Agosto, 1988.
3. Frelimo. *Directivas Económicas e Sociais*. Maputo: Frelimo, 1977.
4. Secretaria de Estado das Pescas. Linhas Gerais da Política de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala. *Documento Final apresentado na Oficina de Planificação realizada em Novembro de 1990, na Secretaria de Estado das Pescas, em Maputo*.
5. [Secretaria de Estado das Pescas]. *Política e Estratégia de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala em Moçambique*. [Maputo]: [Secretaria de Estado das Pescas], [SD].
6. Secretaria de Estado das Pescas]. *Situação das Pescas e Tarefas Principais para 1986*. [Maputo]: [Secretaria de Estado das Pescas], [1986].

7. Secretaria de Estado das Pescas. Recolha de Informações sobre as Pescarias. *Trabalho Preparatório para o Curso Internacional sobre Gestão de Pescarias Sustentáveis, de 21 de Maio a 9 de Agosto de 1991*. Abril de 1991.

Relatórios

1. Agency for International Development. *20 Years of Response*. Washington: AID, September 18, 1984.
2. CEA. *Relatório sobre a Comercialização no Distrito do Ibo*. Maputo: UEM/CEA, Agosto de 1984.
3. Hermele, K. (a) *Myths and Reality: The Mozambican Fishery Sector*. Maputo: MONAP, September, 1984.
4. _____ (b). *The Fishery Sector in Mozambique*. Maputo: MONAP, March, 1984.
5. _____ *Notes on Recent Developments in the Mozambican Fishery Sector*. Uppsala: AKUT, 1986.
6. Sousa, M. I. *Actividade de Pesca de Emalhe e de Arrasto na Baía de Maputo em 1984*. Maputo: Instituto de Investigação Pesqueira, Setembro de 1985.

Documentos Electrónicos

1. Mendes, A. M. Pescas em Portugal: Ultramar – um apontamento histórico. *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*. 2005. Pp.17-32. Disponível em: www.fmv.utl.pt/spcy. Acessado em: 12 de Setembro de 2013.
2. Momade, F. C. *Credit for Small Scale Fishery in Mozambique*. Tromso: University of Tromso, 2005. Thesis submitted in partial fulfillment of requirement for the Master of Science in International Fisheries Management. Disponível em: www.munin.uit.no Acessado em: 08 de outubro de 2014.

Dissertação

1. Gervásio, H. F. *As Causas dos Conflitos entre os Pescadores Artesanais e a frota Industrial na Zona Costeira de Angoche*. Maputo: UEM/FLCS – Departamento de História, 1997. Dissertação Apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura.
2. Matimbe, L. A. *Frequência de Ciclones Tropicais em Moçambique e a sua relação com a precipitação*. Maputo: UEM/FC – Departamento de Física, 2004. Dissertação Apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura. P.19.

Legislação sobre a Pesca

1. Diploma Legislativo nº 2569, autoriza a pesca com artes de arrastar pelo fundo nas águas da Baía de Lourenço Marques que ficam a sul de uma linha que une a Ponta das Três Marias e o Extremo norte da Ilha dos Portugueses. In: *Boletim Oficial*, Lourenço Marques, nº 4 (I), de 23 de Janeiro de 1965. Pp. 65-67.

Entrevistas

Com Pescadores da Praia da Costa do Sol - Maputo

1. *Senhor Arlindo Macuácuca*, não sabe quantos anos tem, Pescador desde do período colonial, entrevistado no dia 12.09.2014;
2. *Senhor Manuel Guiamba*, 52 anos, Presidente da Associação dos Pescadores “Vitória Certa” começou a pescar em 1989 mas acompanhava as actividades do pai que era pescador de uma Cooperativa, entrevistado no dia 12.09.2014;
3. *Senhor Januário Francisco*, 40 anos, pescador artesanal, desde 1985, entrevistado no dia 12.09.2014;
4. *Senhor Manuel Dzimba*, não sabe que idade tem, pescador artesanal desde o período colonial, entrevistado no dia 12.09.2014, entrevistado no dia 12.09.2014;

CRONOLOGIA

1975 – 25 de Junho: Independência de Moçambique;

1976 – Fundação da Direcção Nacional de Pescas;

1977 - Fevereiro: Realização do III Congresso da Frelimo que traça directizes económicas e sociais do país; Inicia a primeiro período das políticas sobre o sector pesqueiro;

1977 – Setembro: são concedidas as primeiras licenças de pesca industrial de peixe a estrangeiros; é criada a empresa estatal de Pesca EMOPESCA; é criada a Sociedade Mista EFRIPEL;

1978 – criação da TECNAVE; Introduzida a Lei de Pesca estrangeira;

1979 – é criada a Sociedade Mista MOSOPESCA;

1980 – fundação da EQUIPESCA (Empresa de Apetrechamento da Indústria Pesqueira); Termina o primeiro e arranca a Segundo período das políticas sobre o sector pesqueiro; é criada a Sociedade Mista PESCAMAR; fundação da Secretaria de Estado das Pescas.

1981 –É criada a Unidade de Direcção da Pesca de Pequena Escala; são criados os primeiros Combinados Pesqueiros;

1982 – Fundação da TECNIPESCA (Empresa de Assistência Técnica, Projectos e Construções Pesqueiras) e NAVIPESCA (Empresa de Construção e Reparação de Barcos de Pesca);

1983 – Abril, realiza-se o IV Congresso da Frelimo que decide sobre o alargamento do centro de acumulação.

THE FLOW OF FISH

Suppliers and customers of Pescom 1983

Suppliers

State sector	40%
Emopesca	2 %
Mosopesca	28 %
Efripel	5 %
Pescamar	2 %
Combinados	3 %
Pesqueiros	

Private sector 6 % (incl. artisanal)

Imports 54 %
German Dem. Rep. 38 %
USSR 16 %

P E S C O M
Total quantity bought 28 900 tons
Total quantity sold 30 100 tons

Customers

Pescom shops 17 %

Cooperative shops 22 %

Hotels, Restaurants 14 %

Schools, Hospitals, Social centres 11 %

Private retailers 22 %

Others 14 %

Consumers

Note: The difference between quantities bought and sold is provided by the Government

ANEXO II

ESTATÍSTICAS DA UDPPE

V. COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO FRESCO E SECO POR ANO

FRESCO										SECO						Total									
ANO	Pescam	População	Hoteis e Restaurantes			Trabalhadores	Comercialização Agrária			Outros	Total - 1	Pescam	População	Hoteis e Restaurantes			Trabalhadores	Comercialização Agrária			Outros	Total - 2	Convertido (*)	Total Convertido-lizado	
1979	0,0	56,0	3,5		8,0	0,0	30,5	98,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	98,0
1980	504,0	215,0	25,0		12,0	0,0	0,0	756,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	756,0
1981	865,0	310,0	57,0		23,0	0,0	87,0	1.342,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.342,0
1982	839,0	812,0	62,5		26,5	0,0	205,0	1.945,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.945,0
1983	1.275,2	689,5	73,6		0,0	0,0	191,1	2.229,4	0,0	223,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0	6,0	6,0	6,0	1.951,0
1984	943,0	706,0	48,0		42,0	0,0	181,9	1.920,9	0,0	844,0	0,0	15,1	0,0	37,8	285,9	857,7	3.087,1	3.087,1	3.087,1	3.087,1	3.087,1	3.087,1	3.087,1	3.087,1	3.087,1
1985	411,3	289,1	37,9		29,1	0,0	469,2	1.236,6	0,0	844,0	0,0	71,0	0,0	462,0	1.377,0	4.132,2	6.053,1	6.053,1	6.053,1	6.053,1	6.053,1	6.053,1	6.053,1	6.053,1	6.053,1
1986	987,7	446,8	31,1		69,3	1,9	509,8	2.046,6	2.208,7	970,5	3,2	53,6	0,0	761,2	1.046,4	3.139,2	4.375,8	4.375,8	4.375,8	4.375,8	4.375,8	4.375,8	4.375,8	4.375,8	4.375,8
1987	1.126,2	553,1	71,0		34,0	0,0	365,0	2.149,3	1.249,3	419,6	1,8	31,0	0,0	704,5	2.406,2	7.218,5	9.367,8	9.367,8	9.367,8	9.367,8	9.367,8	9.367,8	9.367,8	9.367,8	9.367,8
1988	245,8	173,0	18,0		10,6	1,4	266,6	715,4	293,2	92,0	1,3	12,4	4,9	443,4	847,2	2.541,6	3.257,0	3.257,0	3.257,0	3.257,0	3.257,0	3.257,0	3.257,0	3.257,0	3.257,0
1989	230,4	161,0	54,0		56,0	0,0	64,1	565,5	275,0	375,0	0,0	84,5	0,0	230,6	965,1	2.895,3	3.460,8	3.460,8	3.460,8	3.460,8	3.460,8	3.460,8	3.460,8	3.460,8	3.460,8
TOTAL	7.427,6	4.411,5	481,5		310,5	3,3	2.370,1	15.004,6	4.139,7	3.083,7	10,8	285,2	94,9	3.751,1	11.365,4	34.096,1	49.100,7	49.100,7	49.100,7	49.100,7	49.100,7	49.100,7	49.100,7	49.100,7	49.100,7

(*) - O factor de conversão usado foi de 3 kilogramas de peixe fresco para 1 kilograma de peixe seco.

Fonte: Namalué, J. M. *Evolução Histórica dos Combinados Pesqueiros - 1979/1989*. Maputo: FFP&UDPPE, 2000. Anexos II: Estatísticas da UDPPE.